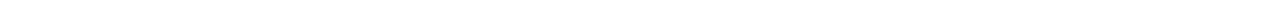




Energisa Sergipe | Resultados de 2014

Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A

**Relatório da Administração e
Demonstrações Financeiras de 2014**



Relatório da Administração

A Administração da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A ("Energisa Sergipe" ou "Companhia") apresenta os fatos e eventos marcantes do exercício de 2014, acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes, preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria em 19 de março de 2015.

1 - Considerações gerais

A Energisa Sergipe distribui energia elétrica a mais de 708 mil consumidores em 63 dos 75 municípios que compõem o estado de Sergipe, em uma área de 17.465 Km².

O exercício de 2014 ficou marcado pela continuidade da execução do plano de investimento da Energisa Sergipe, viando a constante ampliação da capacidade do seu sistema elétrico, à melhoria na qualidade do fornecimento de energia elétrica e o suporte ao seu crescimento de mercado.

A maturidade da Gestão da Qualidade, bem como o constante investimento na evolução dos processos vem posicionando a Energisa Sergipe em um patamar de empresa de excelência na prestação de serviços. Evidências desta evolução estão na recertificação do processo "Distribuição de Energia Elétrica" pelos critérios da norma ISO 9001:2008 sem nenhuma não conformidade. Todas estas ações estruturadas, associadas aos investimentos realizados posicionam a Energisa Sergipe entre as melhores empresas de distribuição de energia elétrica. No ranking da Abradee (Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica) em 2014, a Companhia se encontra entre as nove melhores do país e como terceira melhor da região Nordeste.

2 - Investimentos

Em 2014, a Energisa Sergipe realizou mais um intenso programa de investimentos nos seus sistemas de alta e média tensão, com foco nos projetos que visam o aprimoramento da qualidade dos serviços prestados. Dentre os investimentos, que totalizaram R\$ 90,0 milhões (R\$ 79,8 milhões em 2013), destacam-se: i) ampliação da potência instalada na capital Aracaju, com a entrada em operação da nova subestação Cabrita (20/25 MVA); ii) construção da subestação Monte Alegre (5 MVA) no interior de Sergipe e novas linhas de distribuição em alta tensão LDAT (69 kV); iii) crescente disseminação de redes protegidas na média tensão, bem como a instalação de religadores automáticos e sinalizadores de falta de energia; iv) ampliação da subestação de Carmópolis para 10/12,5 MVA; e v) reforma de centenas de circuitos de baixa tensão.

O Programa de Universalização do Uso da Energia Elétrica também se destacou no âmbito dos investimentos da Companhia, visto que foram concluídas em 2014 aproximadamente 1,2 mil novas ligações na zona rural, beneficiando 5,8 mil habitantes do campo. Os investimentos nesse programa - que é uma parceria entre os Governos Federal, Estadual e a Energisa Sergipe - já montam, no período de 2004 a 2014, a R\$ 260 milhões.

O quadro a seguir apresenta a evolução dos principais ativos operacionais da Companhia no ano:

Descrição do ativo	Dez/2014	Dez/2013	Acréscimo 2014/2013
Subestações - nº	31	29	+ 2
Capacidade instalada nas subestações - MVA	679	635	+ 44
Alimentadores - nº	154	149	+ 5
Postes de Rede de Distribuição- nº	361.797	342.971	+ 18.826
Linhas de transmissão - km	1.268	1.220	+ 48
Redes de distribuição (próprias) - km (*)	24.531	24.364	+ 167
Transformadores instalados nas redes de distribuição - nº	38.013	37.039	+ 974
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) - MVA	740	711	+ 29

(*) Revisto valor de 2013.

3 - Desempenho econômico-financeiros

3.1 - Destaques: resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia em 2014:

Descrição	2014	2013	Variação %
Resultados - R\$ milhões			
Receita Operacional Bruta	1.223,1	993,4	+ 23,1
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	1.132,1	925,0	+ 22,4
Receita Operacional Líquida	912,0	728,0	+ 25,3
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	821,0	659,6	+ 24,5
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	162,5	118,9	+ 36,7
EBITDA	210,5	164,2	+ 28,2
EBITDA Ajustado	223,9	176,9	+ 26,6
Resultado financeiro	(48,5)	(68,4)	- 29,1
Lucro Líquido	102,2	45,6	+ 124,1
Indicadores Financeiros - R\$ milhões			
Ativo Total	1.381,3	1.100,0	+ 25,6
Caixa / Equivalentes de Caixa / Aplicações Financeiras	56,1	70,0	- 19,9
Patrimônio Líquido	385,9	347,5	+ 11,1
Endividamento Líquido	678,1	534,4	+ 26,9
Indicadores Operacionais			
Número de Consumidores Cativos (mil)	708,5	680,2	+ 4,2
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh)	2.398,7	2.312,5	+ 3,7
Energia Elétrica Total Distribuída (GWh)	3.487,2	3.370,3	+ 3,5
Perdas de Energia (% últimos 12 meses)	9,14	9,04	0,10 p.p
Indicadores Relativos			
EBITDA Ajustado / Receita Líquida (%)	24,6	24,3	+ 0,3 p.p
Endividamento Líquido / EBITDA Ajustado (vezes)	3,0	3,0	-

Obs.: EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

3.2 - Ambiente regulatório - revisão tarifária

Em 22 de abril de 2014, a Energisa Sergipe obteve aumento nas tarifas de energia elétrica, cujo efeito representou aumento médio percebido pelos consumidores de 11,85% sobre as tarifas praticadas, sendo que, para os consumidores de baixa tensão, houve aumento de 12,17%, e para os de alta e média tensão, acréscimo de 11,31%.

Em função do Decreto nº 7.945/2013, a Aneel publica, mensalmente, os valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a serem repassados pela Eletrobras à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica para cobertura dos custos com aquisição de Energia Comprada e Encargos de Serviços do Sistema - ESS por motivo de segurança energética e com o risco hidrológico e exposição involuntária no mercado de curto prazo. Em 2014, foi reconhecido o montante de R\$ 110,6 milhões para a Energisa Sergipe. O valor foi registrado pela Companhia como redução dos custos de energia comprada e de encargos de serviços do sistema.

A Aneel também homologou em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891/2013, recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a serem repassados pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica no montante de R\$ 10,0 milhões para a Energisa Sergipe. O valor foi registrado pela Companhia como receita de venda de energia.

3.2.1 - Eventos subsequentes

3.2.1.1 - Bandeiras tarifárias

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou o “Sistema de Bandeiras Tarifárias” nas contas de energia elétrica a partir de janeiro de 2015. O acionamento da bandeira é sinalizado mensalmente pela Aneel, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), com base na capacidade de geração de energia elétrica no país. A aplicação da bandeira é o primeiro dia do mês posterior à data de divulgação. As bandeiras são verde, amarela e vermelha e indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de energia elétrica do país e do acionamento das usinas térmicas. O sistema tem por objetivo aliviar o dispêndio de caixa das distribuidoras no curto prazo, conforme descrição seguinte:

Bandeira Verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa de energia elétrica não sofre nenhum acréscimo; Bandeira Amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,025 para cada quilowatt-hora consumido; e Bandeira Vermelha: condições mais onerosas de geração de energia. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,055 para cada quilowatt-hora consumido.

3.2.1.2 - Revisão tarifária extraordinária

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), em reunião realizada em 27/02/2015, deliberou por conceder revisão tarifária extraordinária (RTE) para a Energisa Sergipe, cujo efeito médio a ser percebido pelos consumidores foi de 8,0% a partir de 02/03/2015.

3.3 - Despesas operacionais

Em 2014, as despesas operacionais totalizaram R\$ 749,5 milhões, aumento de 23,1% (R\$ 140,4 milhões) em relação a 2013. As despesas controláveis (pessoal, material e serviços de terceiros) cresceram 8,4% (R\$ 11,3 milhões), para R\$ 145,5 milhões. Já as despesas não controláveis de compra de energia elétrica e transporte apresentaram aumento de 27,6% (R\$ 97,3 milhões).

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais (R\$ milhões)	2014	2013	Varição em R\$ milhões
1 - Despesas controláveis	145,5	134,2	+ 11,3
1.1 Pessoal (inclui fundo de pensão)	83,5	77,6	+ 5,9
1.2 Material	9,0	9,1	- 0,1
1.3 Serviços de terceiros	53,0	47,5	+ 5,5
2 - Despesas não controláveis (compra de energia e transporte)	449,3	352,0	+ 97,3
3 - Depreciação e amortização	48,0	45,3	+ 2,7
4 - Provisões contingências e devedores duvidosos	(2,7)	0,7	- 3,4
5 - Outras despesas/receitas	18,4	8,5	+ 9,9
Subtotal	658,5	540,7	+ 117,8
6 - Custo de construção ^(*)	91,0	68,4	+ 22,6
Total	749,5	609,1	+ 140,4

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

3.4 - Lucro líquido, geração de caixa e dividendos

Em 2014, a Energisa Sergipe registrou lucro líquido de R\$ 102,2 milhões, ante os R\$ 45,6 milhões registrados em 2013, um crescimento de 124,1%. Esse aumento deve-se, em grande parte, ao aumento das receitas líquidas provenientes das vendas de energia e do registro de componentes da Parcela A (CVA), bem como da redução das despesas financeiras líquidas. No quarto trimestre de 2014 (4T14), o lucro apresentado foi de R\$ 52,9 milhões, ante os R\$ 12,5 milhões registrados no quadrimestre do ano anterior, crescimento de 323,2%.

A geração operacional de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 223,9 milhões em 2014, contra os R\$ 176,9 milhões apurados em 2013, aumento de 26,6%. No 4T14, o EBITDA Ajustado totalizou R\$ 99,4 milhões, crescimento de 149,1% em relação ao 4T13.

Apresenta-se a seguir a evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia:

Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T14	4T13	Var. %	2014	2013	Var. %
(=) Lucro Líquido	52,9	12,5	+ 323,2	102,2	45,6	+ 124,1
(-) Contribuição social e imposto de renda	(6,2)	3,8	-	(11,8)	(4,9)	+ 140,8
(-) Resultado financeiro	(25,5)	(15,5)	+ 64,5	(48,5)	(68,4)	- 29,1
(-) Depreciação e amortização	(12,0)	(11,4)	+ 5,3	(48,0)	(45,3)	+ 6,0
(=) Geração de caixa (EBITDA)	96,6	35,6	+ 171,3	210,5	164,2	+ 28,2
(+) Receita de acréscimos moratórios	2,8	4,3	- 34,9	13,4	12,7	+ 5,5
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	99,4	39,9	+ 149,1	223,9	176,9	+ 26,6
Margem do EBITDA Ajustado (%)	32,0	21,1	+ 10,9 p.p	24,6	24,3	+ 0,3 p.p

Com base nos resultados alcançados ao longo de 2014, a Companhia já distribuiu dividendos intercalares à conta do exercício no valor de R\$ 46,7 milhões, pagos em:

- i) 11 de junho de 2014, no montante de R\$ 16,4 milhões, equivalente a R\$ 84,13169118 por ação;
- ii) 4 de setembro de 2014, no valor de R\$ 10,7 milhões, à razão de R\$ 54,5871405 por ação;
- iii) 19 de janeiro de 2015, na importância de R\$ 19,6 milhões, à razão de R\$ 100,251139334 por ação.

Além desses dividendos, serão pagos dividendos complementares no total de R\$ 20,2 milhões (R\$ 103,321948862 por ação), em data a ser definida. Os dividendos totais do exercício somam R\$ 66,9 milhões.

4 - Desempenho operacional

A satisfação dos clientes, a qualidade da energia fornecida e a excelência no atendimento é foco constante da Companhia. A Energisa Sergipe tem investido continuamente em melhorias de rede e em seus colaboradores para compor da melhor forma o atendimento às expectativas dos acionistas, da sociedade e dos clientes.

4.1 - Gestão das perdas de energia: alinhado aos objetivos estratégicos e às exigências regulatórias, a Energisa Sergipe tem adotado métodos mais eficazes na seleção das listas de inspeção em conjunto com medidas estruturantes para blindagens de rede e da medição. Isto possibilitou aumentar a produtividade das equipes com redução de custos para identificação e eliminação de fraudes e desvios de energia.

As perdas técnicas reduziram de 6,81%, em 2013, para 6,58%, em 2014, e as perdas comerciais na baixa tensão, caíram de 6,65%, em 2013, para 6,50% em 2014. Entretanto, as perdas não técnicas elevaram em 0,34 ponto percentual em relação ao ano anterior, passando de 2,22%, em 2013, para 2,56%, em 2014, o que refletiu no aumento de 0,10 ponto percentual nas perdas totais de energia elétrica em 2014.

4.2 - Gestão dos recebíveis: o pendente a arrecadar (faturamentos mensais a receber) apresentou uma melhoria de 9,9% em 2014. O índice de inadimplência, porém, apresentou uma pequena elevação de 0,02 ponto percentual, tendo se situado em 1,31% em 2014, contra 1,29% registrado no ano anterior. Tal desempenho foi motivado por atrasos no pagamento de faturas de energia por parte do estado.

4.3 - DEC e FEC: embora a Energisa Sergipe tenha desenvolvido diversas ações com a finalidade de melhoria nos indicadores de qualidade, houve acréscimo dos índices de qualidade (DEC e FEC) devido, principalmente, às adversidades climáticas em 2014, decorrentes de fortes chuvas, vendavais e incidências de descargas atmosféricas, o que não é comum no estado de Sergipe.

Indicadores operacionais	2014	2013	Variação %
Perdas de energia do sistema próprio (%)	9,14	9,04	+ 0,10 p.p
Inadimplência dos consumidores nos últimos 12 meses (%)	1,31	1,29	+ 0,02 p.p
Pendente (faturamentos mensais a receber) - nº	0,73	0,81	- 9,9
ISQP (Índice de Satisfação da Qualidade Percebida) - Abradee	84,10	86,70	- 3,0
IASC (Índice Aneel de Satisfação do Consumidor)	58,84	69,56	- 15,4
DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) - horas	15,70	14,64	+ 7,2
FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor) - vezes	9,39	9,29	+ 1,1

4.4 - Mercado de energia: em 2014, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Energisa Sergipe, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 3.207,8 GWh, incremento de 2,5% em relação a 2013. O consumo foi impulsionado pelas classes residencial e comercial, que cresceram 5,1% no ano. Já o consumo industrial, considerando os mercados cativo e livre, expandiu 0,1% em 2014. A energia total distribuída em 2014 foi de 3.487,2 GWh, ante os 3.370,3 GWh registrados no ano anterior, conforme composição seguinte:

Energia Total Distribuída por Classe de Consumo (Em GWh)

Descrição	2014	2013	Var. %
1) Vendas de energia no mercado cativo	2.398,7	2.312,5	+ 3,7
✓ Residencial	965,3	918,2	+ 5,1
✓ Industrial	299,3	289,5	+ 3,4
✓ Comercial	522,9	497,7	+ 5,1
✓ Rural	103,8	106,9	- 2,9
✓ Outras Classes	507,4	500,2	+ 1,4
2) Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	809,0	817,7	- 1,1
3) Mercado cativo + TUSD (1+2)	3.207,8	3.130,2	+ 2,5
4) Suprimento de energia e não faturado	279,5	240,1	+ 16,4
5) Energia Total Distribuída (3+4)	3.487,2	3.370,3	+ 3,5

A Energisa Sergipe encerrou o ano com 708.465 unidades consumidoras cativas, quantidade 4,2% superior à registrada no fim de 2013, e com 17 consumidores livres.

5 - Estrutura de Capital

5.1 - Perfil da dívida

A Energisa Sergipe, em 11 de dezembro de 2014, realizou a 2ª emissão de notas promissórias comerciais, em série única, com vencimento em 06 de dezembro de 2015. O montante emitido corresponde a R\$ 80 milhões, que fazem jus a uma remuneração correspondente à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de um dia - DI, "over extra-grupo", acrescida de um spread de 2,00% (dois inteiros por cento) ao ano.

5.2 - Dívida líquida

A dívida líquida da Energisa Sergipe, que incluem empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos, encargos financeiros, parcelamento de impostos e fundo de pensão, passou de R\$ 534,4 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 678,1 milhões em 31 de dezembro de 2014.

As dívidas de curto e longo prazo da Energisa Sergipe em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são as seguintes:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/12/2014	31/12/2013
Curto Prazo	209,8	94,2
Empréstimos e financiamentos	180,1	18,5
Debêntures	8,7	61,1
Encargos de dívidas	5,4	4,2
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	15,6	10,4
Longo Prazo	524,4	510,2
Empréstimos e financiamentos	361,2	387,9
Debêntures	60,0	60,0
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	103,2	62,3
Total das dívidas	734,2	604,4
(-) Disponibilidades financeiras	56,1	70,0
Total das dívidas líquidas	678,1	534,4

6 - Gestão de pessoas

A Energisa Sergipe valoriza seu capital humano investindo fortemente na gestão de pessoas, aprimorando a atuação da área e ampliando as premissas de uma gestão ágil e flexível, sempre em busca da melhoria constante na qualidade dos serviços. A Companhia encerrou 2014 com 920 colaboradores próprios e 74 terceirizados, não considerando os empregados das empresas prestadoras de serviços ligadas à construção.

As ações de gestão de pessoas estão alinhadas aos valores e missão da Companhia e visam impulsionar o desempenho, construindo competências estratégicas que possibilitem oportunidade de desenvolvimento de carreira para os colaboradores. A área de gestão de pessoas atua como prestadora de serviços de qualidade aos colaboradores da organização, oferecendo apoio estratégico para que possam crescer em conjunto com os objetivos e metas da empresa e preparando-os para os desafios do mercado atual. Em 2014, a Energisa Sergipe dedicou 105,9 mil homem/hora a treinamentos, com investimentos de mais de R\$ 270 mil em 2014. Desde 2009, a Companhia mantém o Programa de Educação a Distância. Em 2014, foram dedicadas nessa modalidade 77,3 mil homem/hora, o que corresponde a 72,9% do total de treinamento.

Em continuidade às ações de reforço da prática do Valor Pessoas, a Energisa Sergipe lançou, em outubro de 2014, o Programa de Autodesenvolvimento, que tem por objetivo apoiar o desenvolvimento dos colaboradores (gerentes, coordenadores, supervisores e profissionais de nível superior), para que cada um possa refletir e construir seu futuro profissional. O programa é um espaço online que disponibiliza conteúdo teórico, atividades práticas e testes, possibilitando o processo de reflexão, identificação de características profissionais e definição de objetivos para a carreira.

Em 2014, foi ampliado o Centro de Formação de Operadores, que tem como principal objetivo atender às necessidades de padronização, capacitação e centralização da formação, reciclagem e certificação dos operadores do sistema elétrico da distribuição e transmissão. O Centro de Formação funciona como um simulador de situações reais às quais os sistemas de distribuição e transmissão estão sujeitos no dia a dia.

Em um contexto de grandes mudanças organizacionais, no qual se torna imprescindível o fortalecimento das lideranças, a Energisa Paraíba deu ênfase ao desenvolvimento de seus gestores por meio do "Portal Líder" e "Academia de Líderes". O Programa de Desenvolvimento Gerencial, disponível através do ambiente de capacitação online denominado PORTAL LÍDER ENERGISA, ofereceu aos seus participantes (gestores da Energisa Sergipe) cursos práticos da Harvard Business Publishing. Diante da nova realidade da empresa, ainda em 2014 foi desenhada a Academia de Líderes, baseada na construção de trilhas de desenvolvimento segmentada por negócio, que tem por objetivo ser o principal veículo de disseminação e alinhamento da cultura, valores, competências da liderança e objetivos estratégicos, criando uma comunidade de líderes, preparados para o crescimento e sustentação no negócio.

Para a identificação de novos líderes, a Energisa Sergipe conta com o Programa de Sucessão, um dos processos mais significativos dentro do planejamento de gestão de pessoas, pois estabelece critérios e

procedimentos para a identificação e desenvolvimento de colaboradores que tenham potenciais ou estejam aptos a ocupar posições estratégicas dentro da organização. A Energisa Sergipe mantém ainda um programa de seleção de trainees que permite desenvolver uma nova geração de líderes. Nos últimos quatro anos foram retidos 8 *trainees*.

7 - Responsabilidade socioambiental

O principal negócio do Grupo Energisa é o provimento de energia elétrica a uma parcela significativa de consumidores. Consciente de seu papel e de sua presença em todas as regiões do país, a Energisa investe constantemente em ações voltadas à sociedade.

A Energisa Sergipe busca o fortalecimento das comunidades com as quais se relaciona, desenvolvendo atividades socioculturais e esportivas, apoiando projetos de estímulo à educação e desenvolvendo ações de uso consciente de energia elétrica e preservação ambiental. Entre as principais ações realizadas em 2014, destaca-se:

Iniciativas Socioculturais

As frentes de incentivo cultural focam em projetos que promovem o acesso à cultura em diversos segmentos para comunidades locais:

- ✓ Por meio de leis de incentivo à cultura, a Energisa Sergipe patrocina diversos projetos culturais. Em 2014 quatro projetos foram beneficiados, tais como a *6ª Edição do CinePort* (festival de mostras competitivas de longa e curta metragens), e a *Orquestra Jovem de Sergipe* (proporcionou a 100 jovens de famílias de baixa renda o contato com a música clássica, visando a profissionalização).

No âmbito social dois projetos se destacaram:

- ✓ Para apoio a políticas, programas e ações voltadas para garantia dos direitos de crianças e adolescentes, bem como de idosos, a Energisa Sergipe realizou doações correspondentes a 1% do Imposto de Renda devido em 2014.
- ✓ Também foram realizadas doações, correspondentes a 1% do Imposto de Renda devido, a programas que visam à atenção oncológica.
- ✓ Parceria com o Parque dos Falcões, um “santuário” das aves de rapina, desenvolvendo um projeto funcional que se encaixa perfeitamente dentro do contexto do Parque e que serve como fonte de receita para a instituição, promovendo a sustentabilidade organizacional do Parque.

Iniciativas Esportivas

Ciente de que o esporte é uma ferramenta de inclusão social, a Companhia mantém patrocínios a projetos de estímulo a prática de esportes e lazer, tal como:

- ✓ Patrocínio ao projeto *Magia V*, por meio da Lei Federal de Incentivo ao Esporte.

Iniciativas voltadas à Educação

Na linha do desenvolvimento econômico das áreas de concessão, a Companhia investe em projetos específicos de incentivo a educação:

- ✓ Projeto *Bem da Gente*, que tem como proposta gerar a inclusão produtiva estimulando o empreendedorismo por meio da oferta de capacitação em oficinas do SEBRAE Microempreendedor.

Iniciativas voltadas à Preservação do Meio Ambiente

Visando a preservação ambiental, a Energisa Sergipe desenvolve algumas iniciativas que visam mitigar os impactos e promover a educação ambiental:

- ✓ Coleta seletiva dos resíduos gerados na empresa - os resíduos segregados e recolhidos na empresa são doados para a CARE (Cooperativa de Catadores do Estado), que realiza a reciclagem do material, o que promove também geração de renda, além de reduzir a inserção desses materiais no meio ambiente;
- ✓ Aquisição de caminhão equipado com triturador e caçamba adaptada para armazenar grandes volumes de resíduos de poda, como galhos de árvores. Os resíduos são armazenados prontos para serem usados no processo de compostagem, por meio de parceria com o poder público municipal que vem recebendo esses resíduos e fazendo uso adequado.

Uso Consciente de Energisa

Todos os anos, diversos projetos do programa de “Eficiência Energética” são implantados visando a adoção de mudanças comportamentais quanto ao uso da energia. Em 2014, este programa absorveu mais de R\$ 5 milhões em ações voltadas para o estímulo ao consumo consciente de energia elétrica, destacando-se:

- ✓ *Energia em Minha Casa*: atendimento a comunidades locais com ações como substituição de lâmpadas, doação de equipamentos eficientes e implantação do padrão de entrada em comunidades de baixa renda. Além da promoção de palestras sobre uso racional da energia elétrica e de equipamentos. Para este programa é utilizada como base nas comunidades a *Unidade Móvel da Energisa*, veículo preparado com equipamentos para apoio e condução dos programas.
- ✓ *Conta Cidadã*: troca de resíduos recicláveis trazidos pelos consumidores por bônus na conta de energia. Em 2014 foram coletadas quase 5 mil toneladas de resíduos, garantindo assim a destinação correta desses materiais.
- ✓ Existem ainda os programas *Zé da Luz na Escola* e *Energia Total* que são voltados à aproximação da empresa com as comunidades da sua área de concessão, focando na orientação e na conscientização sobre uso racional e seguro da energia elétrica e no tocante à conscientização ambiental. O programa *Energia Total* também disponibiliza oficinas de reciclagem que fomentam a geração de renda para as pessoas das comunidades assistidas através da venda dos produtos que aprendem a fazer.

8 - Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Energisa Sergipe em 2014 foi de R\$ 598 mil, sendo i) R\$ 565 mil pela revisão das demonstrações financeiras; e ii) R\$ 33 mil para a revisão dos processos e procedimentos relativos a obtenção de incentivos fiscais de redução do IRPJ - Sudene e a programas de eficiência energética.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Demonstrações Financeiras

1. Balanço Patrimonial Ativo

ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	2014	2013
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5	45.254	30.452
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5	2.908	31.649
Consumidores e concessionárias	6	108.876	91.266
Títulos de créditos a receber	7	8.827	7.635
Estoques		1.472	1.854
Impostos a recuperar	9	35.649	28.941
Instrumentos financeiros derivativos	30	17.075	-
Ativos regulatórios	11	121.325	-
Despesas pagas antecipadamente		2.867	5.983
Outros créditos	12	42.721	29.128
Total do circulante		386.974	226.908
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5	7.973	7.926
Consumidores e concessionárias	6	7.659	7.544
Títulos de créditos a receber	7	2.954	2.572
Impostos a recuperar	9	16.524	16.473
Créditos tributários	14	70.723	51.748
Depósitos e cauções vinculados	22	34.035	28.769
Instrumentos financeiros derivativos	30	36.612	17.791
Ativos regulatórios	11	39.311	-
Contas a receber da concessão	15	228.574	182.867
Outros créditos	12	713	777
		445.078	316.467
Investimento		366	366
Intangível	16	542.566	550.050
Imobilizado	16	6.295	6.178
Total do não circulante		994.305	873.061
Total do ativo		1.381.279	1.099.969

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Balanço Patrimonial Passivo

ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais)

	Nota	2014	2013
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	17	78.244	54.538
Encargos de dívidas	18	5.407	4.183
Empréstimos e financiamentos	18	180.078	18.484
Debêntures	19	8.746	61.113
Tributos e contribuições sociais	20	40.650	26.539
Parcelamento de impostos	21	2.014	1.875
Dividendos	23.5	-	8.000
Passivos regulatórios	11	50.536	-
Obrigações estimadas		4.917	4.762
Encargos do consumidor a recolher		136	136
Obrigações intrassetoriais		11.390	12.104
Benefícios a empregados	31	13.616	8.485
Outras contas a pagar		12.255	8.668
Total do circulante		407.989	208.887
Não circulante			
Fornecedores	17	2.377	2.377
Empréstimos e financiamentos	18	361.247	387.858
Debêntures	19	60.000	60.000
Tributos e contribuições sociais	20	15.863	11.454
Parcelamento de impostos	21	2.518	4.218
Passivos regulatórios	11	17.173	-
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	22	21.462	18.846
Benefícios a empregados	31	100.641	58.072
Outros		6.136	724
Total do não circulante		587.417	543.549
Patrimônio líquido			
Capital social	23.1	357.135	345.762
Reservas de capital	23.1	3.330	3.330
Reservas de lucros	23.2 a 23.4	46.717	22.834
Dividendos adicionais propostos	23.5	39.801	11.054
Outros resultados abrangentes		(61.110)	(35.447)
Total do patrimônio líquido		385.873	347.533
Total do passivo e patrimônio líquido		1.381.279	1.099.969

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstrações de Resultados

ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2014	2013
Receita operacional líquida	24	912.040	727.972
Custo do serviço de energia elétrica	25	(613.928)	(491.863)
Lucro bruto		298.112	236.109
Despesas com vendas	25	(14.113)	(21.802)
Despesas gerais e administrativas	25	(113.490)	(97.441)
Outras receitas	26	2.484	7.129
Outras despesas	26	(10.475)	(5.086)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		162.518	118.909
Receita financeira	27	27.473	41.623
Despesa financeira	27	(76.006)	(110.034)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(48.533)	(68.411)
Lucro antes dos impostos		113.985	50.498
Imposto de renda e Contribuição social corrente	14	(17.562)	(14.016)
Imposto de renda e Contribuição social diferido	14	5.755	9.079
Lucro líquido do exercício		102.178	45.561
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária e preferencial - R\$	28	522,63	233,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Demonstração do Resultado Abrangente

ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Em milhares de reais)

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	102.178	45.561
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado		
Outros resultados abrangentes	(25.663)	(13.943)
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	76.515	31.618

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. Demonstração dos Fluxos de Caixa

ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Em milhares de reais)

	Nota	2014	2013
Atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		113.985	50.498
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas		(25.995)	104.049
Depreciação e a Amortização	25	48.035	45.277
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	25	(4.223)	3.430
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	25	1.477	(2.746)
(Ganho) perda na alienação de bens do imobilizado e do intangível	26	7.991	(2.043)
Marcação a mercado de derivativos	30	4.316	34.749
Instrumentos Financeiros derivativos	30	(22.693)	(62.731)
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
(Aumento) diminuição de consumidores e concessionárias		(13.502)	23.074
(aumento) diminuição de títulos de créditos a receber		(1.574)	1.424
Diminuição de estoques		382	527
(Aumento) de impostos a recuperar		(6.759)	(1.997)
(Aumento) de cauções e depósitos vinculados		(5.266)	(6.951)
Diminuição (aumento) de despesas pagas antecipadamente		3.116	(2.640)
(Aumento) de outros créditos		(14.505)	(2.068)
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
Aumento (diminuição) de fornecedores		26.898	(9.284)
(Diminuição) aumento de tributos e contribuições sociais		588	1.413
Imposto de renda e contribuição social pagos		(12.850)	(13.821)
Aumento de obrigações estimadas		155	369
(Diminuição) de encargos do consumidor a recolher		-	(4.855)
Aumento (diminuição) de entidade privada e outras		30.322	(7.847)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		129.898	147.827
Atividades de investimentos			
Aumento de capital e compra de ações de subsidiárias e outros investimentos		-	(234)
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		33.766	28.321
Aplicação no intangível	16 e 35	(87.479)	(53.577)
Alienação de bens do imobilizado e intangível	26	2.484	7.129
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		(51.229)	(18.361)
Atividades de financiamento			
Novos empréstimos e financiamentos	18, 19 e 35	107.816	309.900
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal	18 e 19	(81.176)	(411.622)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	18 e 19	(25.252)	(54.002)
Liquidação de Instrumentos financeiros derivativos		(17.519)	25.585
Pagamentos de dividendos	23.5	(46.175)	(20.670)
Pagamento de parcelamento de impostos		(1.561)	(1.430)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		(63.867)	(152.239)
Variação líquida do caixa		14.802	(22.773)
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais		30.452	53.225
Caixa mais equivalentes de caixa finais		45.254	30.452
Variação líquida do caixa		14.802	(22.773)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Em milhares de reais)

	Nota	2014	2013
Geração do valor adicionado:			
Receitas			
Receitas de vendas de energia e serviços		1.132.131	925.009
Outras receitas	26	2.484	7.129
Receitas relativas a construção de ativos próprios	24 e 27	94.257	70.535
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e recuperação de incobráveis	25	4.223	(3.430)
		<u>1.233.095</u>	<u>999.243</u>
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Custo da energia vendida		489.929	412.063
Materiais e serviços de terceiros		63.836	58.872
Outros custos operacionais		111.633	79.486
		<u>665.398</u>	<u>550.421</u>
Valor adicionado bruto		<u>567.697</u>	<u>448.822</u>
Amortização, depreciação e realização de ágio	25	48.035	45.277
Valor adicionado líquido		<u>519.662</u>	<u>403.545</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	27	27.473	41.623
Valor adicionado total a distribuir		<u>547.135</u>	<u>445.168</u>
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta		55.154	51.200
Benefícios		13.777	12.931
FGTS		4.137	3.825
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		83.563	37.188
Estaduais		194.353	169.794
Municipais		595	588
Obrigações Intrasetoriais	24	12.638	10.493
Remuneração de capital de terceiros			
Juros	27	79.276	112.150
Aluguéis		1.464	1.438
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	23.5	27.121	20.976
Dividendos adicionais propostos	23.5	39.801	11.054
Reserva legal	23.2	5.109	2.278
Reserva de redução de impostos de renda	23.3	25.763	11.373
Reserva de lucros	23.4	4.384	-
Lucros acumulados		-	(120)
		<u>547.135</u>	<u>445.168</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

7. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Em milhares de reais)

Nota	Capital Social	Ações em tesouraria	Reservas de capital		Reserva de lucros			Dividendos adicionais propostos	Lucros (Prejuízos) acumulados	Subtotal	Outros resultados abrangentes	Total
			Subvenção de investimentos	Remuneração de Imobilizações em curso	Legal	Reserva de Lucros	Redução de Imposto de renda					
Saldos em 01 de janeiro de 2013	329.370	(18)	2.102	1.246	9.183	-	16.392	7.694	120	366.089	(21.504)	344.585
Pagamento de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-	(7.694)	-	(7.694)	-	(7.694)
Aumento Capital e cancelamento de ações, conforme AGO e AGE 24/04/2013	23.1	16.392	18	-	(18)	-	(16.392)	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.943)	(13.943)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	45.561	45.561	-	45.561
Proposta para destinação do lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	23.2	-	-	-	2.278	-	-	-	(2.278)	-	-	-
Incentivo Fiscal - Laudos constitutivos - Adene 0106/2005	23.3	-	-	-	-	-	11.373	-	(11.373)	-	-	-
Dividendos	23.5	-	-	-	-	-	-	-	(20.976)	(20.976)	-	(20.976)
Dividendos adicionais propostos	23.5	-	-	-	-	-	-	11.054	(11.054)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	345.762	-	2.102	1.228	11.461	-	11.373	11.054	-	382.980	(35.447)	347.533
Pagamento de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-	(11.054)	-	(11.054)	-	(11.054)
Aumento Capital, conforme AGO e AGE 30/06/2014	23.1	11.373	-	-	-	-	(11.373)	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(25.663)	(25.663)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	102.178	102.178	-	102.178
Proposta para destinação do lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	23.2	-	-	-	5.109	-	-	-	(5.109)	-	-	-
Incentivo Fiscal - Laudos constitutivos - Sudene 0205/2012	23.3	-	-	-	-	-	25.763	-	(25.763)	-	-	-
Dividendos	23.5	-	-	-	-	-	-	-	(27.121)	(27.121)	-	(27.121)
Dividendos adicionais propostos	23.5	-	-	-	-	-	-	39.801	(39.801)	-	-	-
Reserva de Lucros	23.4	-	-	-	-	-	4.384	-	(4.384)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	357.135	-	2.102	1.228	16.570	0	4.384	25.763	39.801	446.983	(61.110)	385.873

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

8. Balanço Social

ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A						
BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2014						
(Em milhares de reais)						
1 - Base de Cálculo	2014 Valor			2013 Valor		
Receita líquida (RL)	912.040			727.972		
Resultado operacional (RO)	113.985			50.498		
Folha de pagamento bruta (FPB)	54.815			57.014		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	7.967	14,53%	0,87%	7.667	13,45%	1,05%
Encargos sociais compulsórios	14.476	26,41%	1,59%	13.018	22,83%	1,79%
Previdência privada	15.497	28,27%	1,70%	11.895	20,86%	1,63%
Saúde	4.447	8,11%	0,49%	4.016	7,04%	0,55%
Segurança e saúde no trabalho	1.043	1,90%	0,11%	1.022	1,79%	0,14%
Educação	142	0,26%	0,02%	157	0,28%	0,02%
Cultura	8	0,01%	0,00%	3	0,01%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	330	0,60%	0,04%	523	0,92%	0,07%
Creches ou auxílio-creche	471	0,86%	0,05%	395	0,69%	0,05%
Participação nos lucros ou resultados	4.990	9,10%	0,55%	4.251	7,46%	0,58%
Outros	686	1,25%	0,08%	609	1,07%	0,08%
Total - Indicadores sociais internos	50.057	91,32%	5,49%	43.556	76,40%	5,98%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	52	0,05%	0,01%	64	0,13%	0,00%
Cultura	455	0,40%	0,05%	348	0,69%	0,00%
Saúde e saneamento	107	0,09%	0,01%	86	0,17%	0,00%
Esporte	107	0,09%	0,01%	4	0,01%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	648	0,57%	0,07%	655	1,30%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	1.369	1,20%	0,15%	1.157	2,29%	0,00%
Tributos (excluídos encargos sociais)	265.129	232,60%	29,07%	194.076	384,32%	0,01%
Total - Indicadores sociais externos	266.498	233,80%	29,22%	195.233	386,61%	0,01%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	11.377	9,98%	1,25%	16.878	33,42%	2,32%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	11.377	9,98%	1,25%	16.878	33,42%	2,32%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2014			2013		
Nº de empregados(as) ao final do período	920			920		
Nº de admissões durante o período	110			68		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	469			488		
Nº de estagiários(as)	39			40		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	176			157		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	137			149		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	16%			14%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	92			61		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	13%			8%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	35			34		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2014			Metas 2015		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	19,2			n/d		
Número total de acidentes de trabalho	31			4		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivar e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	(X) apoia	() organiza e incentiva	() não se envolverá	(X) apoiará	() organizar e incentivar
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 8.990	no Procon 108	na Justiça 935	na empresa 1.230	no Procon 96	na Justiça 1028
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 99%	no Procon 88,7%	na Justiça 58,5%	na empresa 99%	no Procon 93%	na Justiça 62%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2014: 547.135			Em 2013: 445.168		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	53% governo 19% acionistas	13% colaboradores(as) 15% terceiros	0% retido	49% governo 7% acionistas	15% colaboradores(as) 26% terceiros	3% retido
7 - Outras Informações	2014			2013		
7) Investimentos sociais						
7.1 - Programa Luz para Todos						
7.1.1 - Investimento da União	5.319			4.963		
7.1.2 - Investimento do Estado	320			290		
7.1.3 - Investimento do Município	-			-		
7.1.4 - Investimento da Concessionária	768			707		
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)	6.407			5.960		
7.2 - Programa de eficiência Energética	10.087			5.200		
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	1.505			1.846		
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)	17.999			13.006		

Notas Explicativas

Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A Notas explicativas às demonstrações financeiras para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto Operacional

A Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A ("Companhia ou Energisa SE") - empresa integrante do GRUPO ENERGISA - é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua em 63 municípios no Estado de Sergipe, atendendo a 708.484 consumidores (informação não revisada pelos auditores independentes). A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto e possui sede na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de energia elétrica são:

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações em posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VII - a concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente;

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, contas a receber da concessão, ativos vinculados a concessão, receita de construção e prazo de concessão estão apresentadas nas notas explicativas nº 10, 15, 16, 24 e 33, respectivamente.

A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2014, no montante de R\$21.015, ocasionado pela natural transferência de empréstimos e financiamentos para o passivo circulante, a vencer no decorrer de 2015. A Administração já trabalha no reperfilamento destes vencimentos junto aos detentores do crédito, visando melhorar a estrutura de capital da empresa através de instrumentos mais longos. Da mesma forma, a controladora Energisa S/A está apta para eventualmente prover recursos que sejam necessários para que a Companhia reduza sua alavancagem.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades Anônimas, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por normas e disposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS").

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de março de 2015.

Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e
- Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

Julgamentos e estimativas

Estimativas contábeis - a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, planos de suplementação de aposentadoria e pensões e créditos tributários. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

Compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE - os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os cálculos preparados e divulgados pela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando as informações não estão disponíveis tempestivamente.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - (i) clientes, consumidores e concessionárias constituída com base nos valores a receber dos clientes da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias; (ii) títulos de créditos a receber, constituída em 100% do valor da dívida a partir de vencidas 3 (três) parcelas do contrato.

Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais - A Companhia registrou provisões, as quais envolvem julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações

circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Planos de suplementação de aposentadoria e pensões - A Companhia possui planos de benefícios a empregados que inclui planos de suplementação de aposentadoria e pensões, prêmio de aposentadoria e plano de saúde.

Os compromissos atuariais com os planos de suplementação de aposentadoria e pensões são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com a Deliberação CVM 695 de 13 de dezembro de 2012 e as regras contábeis estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC nº33 R1 (IAS 19) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os superávits com planos de benefícios a empregados não são contabilizados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médico são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

Créditos tributários - os créditos tributários são reconhecidos com relação as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação dos créditos tributários, com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores registrados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância de acordo com a legislação fiscal.

Instrumentos financeiros derivativos - Os julgamentos e estimativas relacionados aos instrumentos financeiros derivativos estão descritos na nota explicativa nº 30.

3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1 Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB

Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou efeito material sobre as demonstrações financeiras.

A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir destas demonstrações financeiras. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual nem em exercícios anteriores.

- Modificações à IAS 39 - Compensação de derivativos e continuação da contabilidade de hedge;
- Modificações à IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Divulgação de montantes recuperáveis para ativos não-financeiros;
- Modificações às IFRS 10,12 e IAS 27 - Entidades de Investimento;
- Modificações à IAS 32 (CPC 39)- Compensação de Ativos e Passivos Financeiros;
- IFRIC 21 - Taxas do Governo;

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas pela Companhia é como segue:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros (5)
- IFRS 15 Receitas de Contratos com clientes (4)
- Modificações à IFRS 11/CPC 19 (R2) Acordo contratual conjunto (3)
- Modificações às IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis (3)
- Modificações às IAS 16 / CPC 27 e IAS 41 / CPC 29 Agricultura: Plantas produtivas (3)
- Modificações à IAS 19/CPC 33 (R1) Plano de Benefício Definido: Contribuição do Empregado
- Modificações as IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2010-2012 (2)
- Modificações as IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2011-2013 (1)

(1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014, com adoção antecipada permitida.

(2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014, com exceções. Adoção antecipada permitida.

(3) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.

(4) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida.

(5) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.”

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRSs anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros.

3.2 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

- a. Caixa e equivalentes de caixa - abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com cláusulas contratuais que permitem o resgate em até 90 dias da data de sua aquisição, pelas taxas contratadas, estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo;
- b. Instrumentos financeiros - Todos os instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos no balanço da Companhia e são mensurados inicialmente pelo valor justo, quando aplicável, após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação. Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados em: (i) mantidos para negociação - mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Essa classificação inclui as operações com derivativos; (ii) mantidos até o vencimento - mensurados pela taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado e (iii) empréstimos e recebíveis -

são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado.

Existem três tipos de níveis para a apuração do valor justo referente ao instrumento financeiro conforme exposto abaixo:

Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.

Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A classificação dos valores justos dos instrumentos financeiros está apresentada na nota explicativa nº 30.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e bancos; aplicações financeiras no mercado aberto, recursos vinculados, consumidores e concessionárias, contas a receber da concessão, títulos de créditos a receber, instrumentos financeiros derivativos e ativos regulatórios.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, encargos de dívidas e instrumentos financeiros derivativos;

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado, exceto os derivativos que são mensurados pelo valor justo;

- c. Consumidores e concessionárias - englobam o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento do balanço;
- d. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos, levando em conta os critérios estabelecidos pela ANEEL;
- e. Estoques - os estoques estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;
- f. Contas a receber da concessão - representa a parcela do capital investido na infraestrutura não amortizada no período da concessão, a ser indenizada ao final da concessão.

Com a publicação da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, foi confirmado a utilização do VNR - Valor Novo de Reposição pelo poder concedente para pagamento de indenização dos ativos não amortizados no vencimento da concessão. Por essa razão, a Companhia desde o exercício de 2012 registrou, como receita financeira o valor correspondente à diferença entre o VNR e o custo histórico contábil. Esses ativos estão classificados como disponível para venda, cujos efeitos estão detalhados na nota explicativa nº 15;

- g. Ativos e passivos regulatórios - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são

efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão. Considerando-se que os contratos de concessão da Companhia foram atualizados em dezembro de 2014, para inclusão da base de indenização dos saldos remanescentes de diferenças temporárias entre os valores homologados e incluídos nas tarifas vigentes e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência, e considerando a orientação técnica OCPC-08 (Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacional de Contabilidade). A Companhia passou a ter um direito ou obrigação incondicional de receber ou entregar caixa ou outro instrumento financeiro ao Poder Concedente e, portanto, passou a registrar os valores dentro de seus respectivos períodos de competência. Esses ativos e passivos estão detalhados na nota explicativa nº 11;

- h. Investimentos - estão contabilizados ao custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável;
- i. Intangível - (i) contrato de concessão: representa a infraestrutura operada pela Companhia na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A amortização está baseada no padrão de consumo dos benefícios esperado durante o prazo da concessão; (ii) direito de uso de concessão: representado pelo ágio pago na aquisição do controle acionário da própria Companhia. A amortização do ágio está sendo realizada pelo prazo 30 anos, a partir de dezembro de 1997 (vide nota explicativa nº 16);
- j. Juros e encargos financeiros - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação;
- k. Redução a valor recuperável - a Companhia avalia os ativos do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Os impostos a recuperar e os créditos tributários têm a recuperabilidade testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir: (i) o atraso ou não-pagamento por parte do devedor; (ii) a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições que não as mesmas consideradas em outras transações da mesma natureza; (iii) indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; e (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas

e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e os juros dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado e refletidos em conta de provisão contra recebíveis, quando perdas e reversão de desconto, quando juros. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As alterações nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável, atribuíveis ao método dos juros efetivo, são reconhecidos no resultado financeiro.

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável além das provisões já efetuadas;

- I. Empréstimos, financiamentos e debêntures - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva;

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap foram reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício.

- m. Derivativos - a Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 30;
- n. Imposto de renda e contribuição social - A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferidos. O imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. Na apuração do imposto de renda e da contribuição social a partir do exercício de 2008 a Companhia optou por adotar o Regime Transitório de Tributação (RTT). O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a

entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Medida Provisória n.º 627/2013 que foi convertida na Lei 12.973/2014 trouxe alterações relevantes para as regras tributárias federais, dentre as quais destacam-se as seguintes: (i) revogação do Regime Tributário de Transição ("RTT"); (ii) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do IRPJ e CSLL; (iii) definição de que a alteração ou a adoção de novos métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, posteriores à publicação desta MP, não terão implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iv) inclusão de tratamento específico sobre a tributação de lucros ou dividendos; (v) inclusão de disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (vi) novas considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A referida Lei produzirá efeitos a partir de 2014, para as empresas que optaram até 07 de novembro de 2014, de acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.499 de 16/10/2014. Para as empresas que não optaram, a aplicação das normas estará obrigada a partir de janeiro de 2015. A Companhia avaliou os impactos da lei e fará a adoção ao novo regime a partir do exercício de 2015 e não espera impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

- o. Incentivos fiscais SUDENE - como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos são reconhecidos no resultado do exercício e destinados a reserva de lucros específica, na qual são mantidos até sua capitalização (vide nota explicativa nº14);
- p. Provisões - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- q. Ajuste a valor presente - determinados títulos de créditos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações;
- r. Dividendos - Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere as demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação;
- s. Resultado - as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A Companhia contabiliza receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. A Companhia terceiriza suas obras e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos e, portanto, atribui para essa atividade margem zero;
- t. Benefícios a empregados - benefício definido - A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm

expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano;

- u. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante) - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;
- v. Demonstração do valor adicionado - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 63 municípios no Estado de Sergipe e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5. Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

a) Caixa e equivalente de caixa

a.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado					
Instituição financeira	Tipo	Vencimento (1)	Remuneração	2014	2013
CEF	CDB	31/10/2017	100,5% do CDI	17.611	17.867
Santander	Debentures(2)	08/12/2016	103,2% do CDI	12.919	1.441
				30.530	19.308
Caixa e bancos				14.724	11.144
Total caixa e equivalente de caixa				45.254	30.452

b) Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados

b.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado

Instituição financeira	Tipo	Vencimento	Remuneração	2014	2013
ABC Brasil	CDB	13/01/2015	105,0% do CDI	2	2
Banrisul	Fundo de Investimento	-	CDI	-	2.858
BES	CDB	27/08/2015	104,5% do CDI	5	78
BMG	CDB	19/01/2015	113,0% do CDI	1	1
Bradesco	CDB	16/03/2015	95% do CDI	186	-
BTG Pactual	CDB	14/12/2015	97,5% do CDI	19	18
Caixa FI Energisa (4)	Fundo de Investimento	27/04/2015 a 15/05/2045	CDI/SELIC/IPCA+5,7%	69	6.661
Caixa Econômica Federal	Poupança	-	Poupança	-	44
Caixa FI Energisa (4)	LTN	1/07/2018	Título Público	3	-
Caixa	Poupança	-	Poupança	44	-
Bradesco	Poupança	-	Poupança	27	-
FIM Zona da Mata(4)	CDB	28/01/2015 a 31/07/2019	100,5% a 115,0 do CDI	-	1.200
FIM Zona da Mata(4)	Debentures	15/07/2019	IPCA + 9,23%	-	561
FIM Zona da Mata(4)	Compromissada	24/12/2014 a 17/06/2016	100,5% a 103,2% do CDI	-	1.384
FIM Zona da Mata(4)	DPGE	10/07/2015 a 21/12/2015	107,5% a 113% do CDI	-	815
FIM Zona da Mata(4)	LF	04/05/2015 a 24/05/2021	105,5% a 114,0% do CDI	-	42
FIM Zona da Mata(4)	CCB	24/02/2017	CDI + 6,1677%	-	-
FIM Zona da Mata(4)	Fundos de Renda Fixa	-	Benchmark CDI	-	31
FIM Zona da Mata(4)	LFT	07/09/2015 a 01/03/2020	SELIC	-	81
FIM Zona da Mata(4)	NTN	15/08/2016 e 01/07/2017	IPCA e IGPM	-	295
FIM Zona da Mata(4)	Fundos Multimercados	-	Benchmark CDI	-	768
Itaú	CDB	12/08/2015	93,0% do CDI	904	286
Itaú	Debentures	02/10/2015	101,2% do CDI	130	824
Itaú	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	764	957
Nordeste	CDB	28/07/2017	90,0% do CDI	7.727	7.784
Pine	CDB	11/06/2015	100,0% do CDI	46	42
Safra	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	-	13.922
Safra	Debêntures	28/01/2014	101% do CDI	-	12
				9.927	38.666

b.2 Aplicações financeiras mantidas até o vencimento

Itaú	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	29/12/2020	100,0% do CDI	954	909
				<u>954</u>	<u>909</u>
Total aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (3)				10.881	39.575
Circulante				2.908	31.649
Não circulante				7.973	7.926

(1) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações financeiras são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.

(2) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.

(3) Inclui R\$10.810 (R\$10.957 em 2013) referente a recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia e bloqueios judiciais.

(4) Fundos de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, Debêntures, DPGE, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LTN, NTN-B e Fundos Multimercados.

6. Consumidores e concessionárias

Classes de Consumidores	Saldos Vincendos (1)	Vencidos					Total	
		até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	há mais de 360 dias	2014	2013
Residencial	8.413	13.406	3.259	1.211	26	5	26.320	21.461
Industrial	10.238	460	84	87	10	259	11.138	10.172
Comércio, serviços e outras atividades	16.564	2.765	638	269	23	105	20.364	18.863
Rural	1.413	422	202	42	17	-	2.096	1.706
Poder público:								
Federal	1.247	403	17	-	-	-	1.667	1.335
Estadual	563	182	8	-	-	-	753	603
Municipal	2.211	715	31	-	1	-	2.958	2.368
Iluminação pública	2.678	115	90	-	-	-	2.883	4.806
Serviço público	3.317	-	-	-	-	-	3.317	3.175
Subtotal - consumidores	46.644	18.468	4.329	1.609	77	369	71.496	64.489
Concessionárias (2)	7.135	-	-	-	-	7.659	14.794	10.595
Fornecimento não faturado	26.899	-	-	-	-	-	26.899	23.469
Outras	7.530	-	-	-	-	-	7.530	5.784
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(1.211)	(49)	(2.924)	(4.184)	(5.527)
Total	88.208	18.468	4.329	398	28	5.104	116.535	98.810
Circulante							108.876	91.266
Não circulante							7.659	7.544

- (1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.
- (2) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O saldo da conta de consumidores e concessionárias em 31 de dezembro 2014, inclui o registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$7.659 (R\$7.544 em 2013), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2014. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo o saldo registrado na rubrica "fornecedores" no passivo circulante de R\$8.826 (R\$1.134 em 2013) referente a aquisição de energia na CCEE e R\$2.089 (R\$2.629 em 2013) de encargos do serviços do sistema, conforme demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	2014	2013
Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002	6.387	6.387
Créditos vencidos (*)	1.272	1.157
	7.659	7.544
(-) Aquisição de energia na CCEE	(8.826)	(1.134)
(-) Encargos de serviços no sistema	(2.089)	(2.629)
	(3.256)	3.781

(*) A Companhia possui provisão para crédito de liquidação duvidosa.

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

Os valores da energia de curto prazo que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos a modificação dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movido por determinadas empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados.

A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

7. Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores através de Termos de Confissão de Dívida, que na sua grande maioria são atualizados com base na variação do IGPM. Determinadas operações que foram renegociadas com taxas diferentes a praticada para esse conjunto de contas a receber, tiveram seus valores a receber ajustados ao valor presente com base na variação da taxa do CDI.

Os saldos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, estão demonstrados como segue:

	2014	2013
Títulos de créditos a receber	23.233	23.653
Ajuste a valor presente	(3.146)	(1.085)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	(8.306)	(12.361)
	11.781	10.207
Circulante	8.827	7.635
Não circulante	2.954	2.572

(*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo circulante.

Em 31 de dezembro de 2014, os títulos de créditos têm seus vencimentos assim programados:

	2014
Vencidos	8.306
2015	8.827
2016	2.345
2017	484
2018	84
2019	22
2020	19
Total	20.087

8. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Movimentação das provisões	2014	2013
Saldo inicial - 2013 e 2012	17.888	16.612
Provisões constituídas no período	1.013	2.698
Reversão de provisões no período	(6.411)	(1.422)
Saldo final- circulante - 2014 e 2013	12.490	17.888
Consumidores e concessionárias	4.184	5.527
Títulos de créditos a receber	8.306	12.361

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL, a seguir resumidos:

Cientes com débitos relevantes:

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais de 360 dias.
- Títulos de créditos a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão dos valores vencidos e vincendos.

9. Impostos a recuperar

	2014	2013
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	12.126	13.232
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	101	2.556
Imposto de Renda - IRPJ	16.504	10.191
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL	1.255	849
PIS e COFINS	22.165	18.399
Outros	22	187
	52.173	45.414
Circulante	35.649	28.941
Não circulante	16.524	16.473

10. Revisão e reajuste tarifário periódico

Reajuste tarifário:

Pela execução dos serviços públicos de energia elétrica, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de

capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas da Companhia foram reajustadas pela Aneel através da Resolução Homologatória nº 1.712 de 15 de abril de 2014, que aprovou o reajuste médio de 11,85%, a ser aplicado à partir de 22 de abril de 2014.

Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 5 anos e neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

O resultado da terceira revisão tarifária da Companhia foi aprovado pela Aneel através da Resolução Homologatória nº 1.513 de 16 de abril de 2013 com reajuste de 4,08% aplicados desde 22 de abril de 2013.

11. Ativos e passivos regulatórios

A conta de compensação dos valores da parcela A - CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros itens financeiros. No termo aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, conforme demonstrado a seguir:

Ativos regulatórios	2014
Itens da Parcela A (i)	
Energia elétrica comprada para revenda	151.567
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	7.582
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	103
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	348
Itens financeiros	
Diferimento Parcela Fronteira	1.036
Total	160.636
Circulante	121.325
Não circulante	39.311

Passivos regulatórios	2014
Itens da Parcela A (i)	
Sobrecontratação de energia (ii)	37.607
Encargo de serviços de sistema - ESS (iii)	29.042
Itens financeiros	
Exposição submercados	548
Neutralidade da Parcela A	512
Total	67.709
Circulante	50.536
Não circulante	17.173
Saldo líquido dos ativos e passivos regulatórios	<u>92.927</u>
Efeito na demonstração do resultado	2014
Receita operacional	96.171
Outras despesas financeiras	(3.244)
Total - resultado	<u>92.927</u>

(i) Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC

(ii) Repasse de sobrecontratação de energia (energia excedente)

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 3% do requisito de carga.

(iii) Encargo de Serviço do Sistema - ESS - representa um encargo destinado a cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários dos Sistemas Interligado Nacional - SIN;

A Companhia assinou junto a ANEEL, aditivo ao contrato de concessão com inclusão de cláusula específica que possibilitou o reconhecimento contábil dos ativos e passivos regulatórios como ativo ou passivo financeiro.

De acordo com o OCPC 08 a contabilização dos saldos existentes deve ser efetuada no exercício da assinatura do aditivo ao contrato de concessão de forma prospectiva.

Desta forma os valores iniciais reconhecidos de ativos e passivos regulatórios tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

12. Outros créditos

	2014	2013
Baixa renda (1)	7.908	6.399
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	11.593	7.214
Ordens de serviço em curso - outros	1.751	1.745
Adiantamentos	1.901	2.129
Subvenção CDE - desconto tarifário (2)	14.832	4.782
Créditos com terceiros - Alienação de bens e direitos	3.412	4.963
Créditos a receber - Restituição encargos setoriais	-	486
Outros	2.037	2.187
Total	43.434	29.905
Circulante	42.721	29.128
Não circulante	713	777

Segue a movimentação do baixa renda e da subvenção CDE - desconto tarifário:

(1) Baixa renda:

	2014	2013
Saldo - inicial circulante - 2013 e 2012	6.399	8.429
Subvenção Baixa Renda	42.755	38.739
Ressarcimento pela Eletrobrás	(41.246)	(38.865)
Contas a receber Eletrobrás	-	(1.904)
Saldo - final - circulante - 2014 e 2013	7.908	6.399

Esses créditos referem-se a subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da Eletrobrás. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

(2) Subvenção CDE - desconto tarifário:

	2014	2013
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	54.813	30.449
Ressarcimento pela Eletrobrás	(39.981)	(25.667)
Total	14.832	4.782

Refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, através do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo em aberto corresponde a subvenção incorrida nos meses de junho de 2014 a dezembro de 2014, cujo ressarcimento a administração da companhia espera receber da CDE no primeiro trimestre de 2015.

13. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (EMG), Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF), Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa Comercializadora Ltda (ECOM), Energisa Serviços Aéreos S/A (ESER), Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda (EPLA), Energisa Geração Rio Grande S/A (EGR), Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin S/A, Energisa Geração Usina Mauricio, SPE Cristina Energia S/A, Energisa Geração Central Solar Coremas S/A, Energisa Geração Centrais Eólicas RN S/A (Holding que detém o controle acionário das empresas Energisa Geração Central Eólica Renascenças I, II, III, IV e Energisa Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S/A), Energisa Bioeletricidade (Holding que detém o controle acionário das empresas Energisa Bioeletricidade Santa Cândida I, Energisa Bioeletricidade Vista Alegre I, Energisa Bioeletricidade Santa Cândida II e Energisa Bioeletricidade Vista Alegre II) (empresas ligadas da Companhia).

Em abril de 2014 a controladora **ENERGISA S/A**, adquiriu a participação nas sociedades J.Q.M.J. Participações S.A., BBPM Participações S.A., Denerge Desenvolvimento Energético S.A. e Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. - em recuperação judicial, que conferiram à Energisa S.A. o controle indireto da Rede Energia S/A e, por consequência, das sociedades: Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S/A (Enersul), Centrais Elétricas Matogrossenses S/A (CEMAT), Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins (Celtins), Caiuá Distribuição de Energia S/A (Caiuá), Companhia Força e Luz do Oeste (CFLO), Companhia Nacional de Energia Elétrica (CNAEE), Empresa de Distribuição de Energia Elétrica do Vale Paranapanema S/A (EDEV), Empresa Elétrica Bragantina S/A (EEB), Rede Eletricidade e Serviços S/A (REDESERV), Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER), Companhia Técnica e Comercialização de Energia S/A (REDECOM), Tangará Energia S/A, Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S/A, Companhia Geral e QMRA Participações S/A (empresas que passaram a compor o Grupo Energisa).

Transações efetuadas durante o período pela Companhia:

	Serviços contratados (Despesa) (1)	Energia elétrica comprada para revenda (Custo) (2)	Comissão aval (Despesa financeira) (3)	Saldo a pagar (fornecedores)
ENERGISA S/A	13.950	-	7.443	1.097
Energisa Geração Centrais Eólicas Renascença I, II, III, IV e Ventos de São Miguel	-	961	-	81
2014	13.950	961	7.443	1.178
2013	13.234	317	7.442	1.119

(1) Os serviços contratados junto a Controladora referem-se a serviços administrativos, suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins regulatórios.

(2) Os valores de energia elétrica comprada estão suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL e foram efetuados em condições usuais de mercado.

(3) Refere-se custo de comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, de garantias da controladora sobre contratos da Companhia a razão de 1,5% a.a.

Remuneração dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi de R\$1.101 (R\$806 em 2013) e da Diretoria foi de R\$2.092 (R\$1.950 em 2013). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$287 (R\$214 em 2013). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$489 (R\$354 em 2013).

A maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes e conselheiros, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$41 e R\$2 (R\$44 e R\$3 em dezembro de 2013), respectivamente. A remuneração média em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$14 (R\$13 em dezembro de 2013).

Na AGO de 25 de abril de 2014, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2014 no montante de R\$5.134 (R\$4.465 em dezembro de 2013).

14. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como diferenças temporárias, registrados segundo as normas dos CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

	2014	2013
Ativo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	72.269	47.987
Contribuição social sobre o lucro líquido	26.017	17.274
Total	98.286	65.261
Passivo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	20.267	9.936
Contribuição social	7.296	3.577
Total	27.563	13.513
Total líquido - ativo não circulante	70.723	51.748

As diferenças temporárias são como segue:

	2014		2013	
	base de cálculo	IRPJ + CSSL	base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo				
Provisão ajuste atuarial	114.257	38.846	65.668	22.327
Provisões para riscos	21.462	7.297	18.846	6.408
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	12.490	4.246	10.910	3.709
Outras provisões (PEE; P&D; honorários e outras)	10.636	3.616	9.942	3.380
Variações cambiais passivas	113.503	38.591	70.957	24.125
Ajustes a valor presente	3.146	1.070	1.085	369
Ativos regulatórios (CVA´s)	-	-	8.287	2.818
Outras adições (exclusões) temporárias	13.584	4.619	6.248	2.125
Marcação a mercado - derivativos	(53.687)	(18.253)	(17.791)	(6.049)
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR - contas a				
Receber da concessão e atualizações	(27.381)	(9.309)	(21.953)	(7.464)
Total - ativo não circulante	208.011	70.723	152.199	51.748

A seguir está apresentada a estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos. As projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelos Conselhos de Administração.

Período	Realizações de Créditos fiscais
2015	7.072
2016	7.072
2017	7.072
2018	7.072
2019	7.072
2020	7.072
2021 a 2024	28.291
Total	70.723

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	2014	2013
Lucro antes dos impostos	113.985	50.498
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Despesa de imposto de renda e da contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	(38.755)	(17.169)
Ajustes:		
Redução do imposto de renda e adicionais (*)	25.763	11.373
Outras exclusões permanentes (**)	1.185	859
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(11.807)	(4.937)
Alíquota efetiva	10,4%	9,8%

(*) Os valores de redução do imposto de renda e adicionais - Incentivo fiscal SUDENE- auferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, no montante de R\$25.763 (R\$11.373 em dezembro de 2013) foi registrado diretamente na demonstração de resultado do exercício na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08.

A Companhia possui redução do imposto de renda e adicionais. Em dezembro/2012 obteve aprovação do Ministério da Integração Social seu novo pedido de benefício fiscal de 75% para o período de 01/01/2012 a 31/12/2021 e o deferimento de seu pedido junto a Receita Federal, foi aprovado pelo Despacho nº 126 - DRF/ASJU de 04/03/2013. O benefício fiscal consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração.

Lei n.º 12.973/2014 (MP 627/2013)

A Medida Provisória n.º 627/2013 que foi convertida na Lei 12.973/2014 trouxe alterações relevantes para as regras tributárias federais, dentre as quais destacam-se as seguintes: (i) revogação do Regime Tributário de Transição ("RTT"); (ii) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do IRPJ e CSLL; (iii) definição de que a alteração ou a adoção de novos métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, posteriores à publicação desta MP, não terão implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iv) inclusão de tratamento específico sobre a tributação de lucros ou dividendos; (v) inclusão de disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (vi) novas considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A referida Lei produzirá efeitos a partir de 2014, para as empresas que optaram até 07 de novembro de 2014, de acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.499 de 16/10/2014. Para os não optantes, a aplicação das normas estará obrigada a partir de janeiro de 2015. A Companhia avaliou os impactos da Lei, e fará a adoção ao novo regime a partir do exercício de 2015 e não espera impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

15. Contas a receber da concessão

A Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei 12.783/2013, confirmou a intenção do Poder Concedente de utilizar o VNR - Valor novo de reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

No entendimento da Administração da Companhia esse fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico. A partir de 31 de dezembro de 2012 a Companhia passou a reconhecer o VNR - Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, corrigidos pela variação do IGPM. No período findo em 31 de dezembro de 2014, foi reconhecido em receita financeira - atualização do contas a receber da concessão - VNR o montante de R\$5.428 (R\$8.609 em dezembro de 2013).

Esse direito está classificado como disponíveis para venda no não circulante. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo dessa rubrica monta:

	2014	2013
Ativo financeiro custo histórico - 2013 e 2012	182.867	130.146
Adições no exercício (*)	41.062	44.575
Baixas no exercício	(783)	(463)
Ativo financeiro custo histórico	223.146	174.258
Atualização do contas a receber da concessão - VNR	5.428	8.609
Ativo financeiro custo corrigido - 2014 e 2013	228.574	182.867

(*) Transferência do intangível para o contas a receber da concessão.

16. Intangível e Imobilizado

	2014	2013
Intangível - Contrato de concessão	247.511	235.795
Direito de concessão	295.055	314.255
Imobilizado	6.295	6.178
Total	548.861	556.228

a) Intangível - Contrato de concessão

Referem-se à parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

Intangível	Saldo 2013	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação	Saldo 2014
Intangível em Serviço						
Custo	727.263	-	49.853	(24.123)	-	752.993
Amortização Acumulada	(331.408)	-	-	15.470	(37.026)	(352.964)
Subtotal	395.855	-	49.853	(8.653)	(37.026)	400.029
Em Curso (*)	36.170	88.612	(49.853)	(45.749)	-	29.180
Total Intangível	432.025	88.612	-	(54.402)	(37.026)	429.209
(-) Obrigações Vinculadas a concessão						
Em Serviço						
Custo	167.851	-	5.928	-	-	173.779
Amortização Acumulada	(40.244)	-	-	-	(9.394)	(49.638)
Subtotal	127.607	-	5.928	-	(9.394)	124.141
Em Curso	68.623	-	(5.928)	(5.138)	-	57.557
Total das Obrigações Vinculadas a concessão	196.230	-	-	(5.138)	(9.394)	181.698
Total Intangível	235.795	88.612	-	(49.264)	(27.632)	247.511
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Software	19	-	-	-	-	19
Máquinas e equipamentos	10.208	-	1.095	(16)	-	11.287
Veículos	308	-	-	(185)	-	123
Móveis e utensílios	6.833	-	285	-	-	7.118
Total do imobilizado em serviço	17.368	-	1.380	(201)	-	18.547
Depreciação acumulada:						
Software	(10)	-	-	-	(3)	(13)
Máquinas e equipamentos	(6.423)	-	-	6	(936)	(7.353)
Veículos	(172)	-	-	135	(35)	(72)
Móveis e utensílios	(4.585)	-	-	-	(229)	(4.814)
Total Depreciação acumulada	(11.190)	-	-	141	(1.203)	(12.252)
Subtotal Imobilizado	6.178	-	1.380	(60)	(1.203)	6.295
Imobilizado em curso	-	1.380	(1.380)	-	-	-
Total do Imobilizado	6.178	1.380	-	(60)	(1.203)	6.295
Total Geral	241.973	89.992	-	(49.324)	(28.835)	253.806

(*) Das baixas no montante de R\$49.324, R\$41.062 foi transferido para o contas a receber da concessão e R\$8.262 referem-se a baixas realizadas no período.

Intangível	Saldo 2012	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização	Saldo 2013
Intangível em Serviço						
Custo:	696.063	-	45.686	(14.486)	-	727.263
Amortização Acumulada	(309.518)	-	-	11.542	(33.432)	(331.408)
Subtotal	386.545	-	45.686	(2.944)	(33.432)	395.855
Em Curso	42.584	79.779	(47.936)	(38.257)	-	36.170
Total	429.129	79.779	(2.250)	(41.201)	(33.432)	432.025
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Em Serviço						
Custo	154.810	-	13.139	(98)	-	167.851
Amortização Acumulada	(32.276)	-	-	-	(7.968)	(40.244)
Subtotal	122.534	-	13.139	(98)	(7.968)	127.607
Em Curso	58.417	23.345	(13.139)	-	-	68.623
Total das Obrigações vinculadas à concessão	180.951	23.345	-	(98)	(7.968)	196.230
Total Intangível	248.178	56.434	(2.250)	(41.103)	(25.464)	235.795
IMOBILIZADO						
Imobilizado em serviço						
Custo:						
Software	19	-	-	-	-	19
Máquinas e equipamentos	8.038	-	2.176	(6)	-	10.208
Veículos	308	-	-	-	-	308
Móveis e utensílios	7.206	-	74	(447)	-	6.833
Depreciação Acumulada	(10.509)	-	-	439	(1.120)	(11.190)
Total Imobilizado em serviço	5.062	-	2.250	(14)	(1.120)	6.178
Total Geral	253.240	56.434	-	(41.117)	(26.584)	241.973

(*) Das baixas no montante de R\$41.117, R\$38.257 foi transferido para o contas a receber da concessão e R\$2.860 referem-se a baixas realizadas no período. Das adições de obrigações especiais, cerca de R\$6.318 foram transferidas do contas a receber da concessão.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedidas ou dadas em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do intangível está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. Em 31 de dezembro de 2014 a taxa média ponderada de amortização utilizada é de 3,77% (3,78% em 2013).

A Companhia passou a amortizar as obrigações especiais em abril de 2008. A partir da segunda revisão tarifária periódica, as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo imobilizado da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais.

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	2014	2013
Contribuições do consumidor	92.426	93.996
Participação da União - recursos CDE	131.309	132.906
Participação do Governo do Estado	43.094	43.081
Reserva para reversão	301	302
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	6.020	3.316
(-) Amortização acumulada	(49.638)	(40.244)
Total	223.512	233.357
Alocação:		
Contas a receber da concessão	41.814	37.127
Infraestrutura - Intangível em serviço	124.141	127.607
Infraestrutura - Intangível em curso	51.537	65.307
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	6.020	3.316
Total	223.512	233.357

- As contribuições de consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.
- As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.
- A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da Resolução Normativa nº 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir do 3º ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações Especiais. Anteriormente ao 3º ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. A Companhia passou pelo 3º ciclo de revisão tarifária, em abril de 2013, a partir dessa data, o faturamento das ultrapassagens de demanda passou a ser contabilizado na rubrica Obrigações Especiais. Até 31 de dezembro de 2014, o montante contabilizado naquela rubrica é de R\$6.020 (R\$3.316 em 2013).

A ABRADDEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

Imobilizado

Taxas de depreciação praticadas pela Companhia foram:

Taxas de depreciação do ativo imobilizado	2014
Edificações e benfeitorias	3,36%
Máquinas e equipamentos	3,86%
Veículos	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%

b) Direito de concessão

O ágio incorporado pela Companhia está sendo amortizado a partir de abril de 1998 até o término de concessão de distribuição de energia elétrica - dezembro de 2027, tomando-se por base as curvas de rentabilidade projetadas. A amortização do ágio gera um benefício fiscal da ordem de 34%. Em 31 de dezembro de 2014, a previsão de amortização do ágio e do benefício fiscal é como segue:

Período de amortização	2014	Redução do imposto de renda e contribuição social
2014 e 2015	19.700	6.698
2016 e 2017	40.920	13.913
2018 e 2019	42.935	14.598
2020 e 2021	44.940	15.280
2022 e 2023	46.924	15.954
2024 e 2025	48.870	16.616
2026 em diante	50.766	17.260
Total	295.055	100.319

A movimentação está apresentada a seguir:

	2014	2013
Saldo -2013 e 2012	314.255	332.947
Amortização no período	(19.200)	(18.692)
Saldo -2014 e 2013	295.055	314.255

17. Fornecedores

	2014	2013
Suprimento:		
CCEE	8.826	1.134
Contratos Bilaterais (1)	52.433	33.413
Encargo do serviço de sistema (1)	2.089	2.629
Conexão à rede (1)	240	238
Uso do sistema de distribuição (CUSD) (1)	3.123	1.651
Materiais, serviços e outros (2)	13.910	17.850
	80.621	56.915
Circulante	78.244	54.538
Não Circulante	2.377	2.377

(1) Refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

(2) Refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

18. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.
		Circulante	Não Circulante	2014	2013	
Em moeda nacional						
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	140	-	15.000	15.140	15.114	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	13	140	138	291	456	
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	45	382	1.126	1.553	2.020	
Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	65	474	1.624	2.163	2.612	
Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	1	41	246	288	359	
Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	197	26	1.819	2.042	251	
Eletrobrás - Subtransmissão	116	1.658	487	2.261	4.078	
Eletrobrás - Luz para Todos - 6ª tranche	8	-	4.433	4.441	-	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	298	2.228	4.348	6.874	8.799	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	923	3.226	1.315	5.464	7.467	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE)	759	2.649	12.259	15.667	18.997	
Banco ABC - repasse BNDES	238	2.487	8.497	11.222	13.725	
Banco ABC - repasse BNDES	242	2.487	8.499	11.228	13.730	
Banco ABC - repasse BNDES	18	53	1.833	1.904	2.337	
Banco ABC - repasse BNDES	45	106	1.258	1.409	1.699	
Banco ABC - repasse BNDES	40	106	1.258	1.404	1.700	
Banco Itaú BBA - FINAME	60	1.494	17.227	18.781	11.133	
Banco Itaú BBA - FINEM	47	2.835	14.118	17.000	-	
Nota promissória Itaú	536	80.000	-	80.536	-	
Total em moeda nacional	3.791	100.392	95.485	199.668	104.477	
(-) custos de captação incorridos na contratação	(154)	-	(472)	(626)	(777)	
Em moeda estrangeira						
Bank of America Merrill Lynch	117	79.686	-	79.803	70.332	(1)
Banco Itaú BBA	1.070	-	133.424	134.494	118.688	(1)
Citibank	583	-	132.810	133.393	117.805	(1)
Total em moeda estrangeira	1.770	79.686	266.234	347.690	306.825	
Total	5.407	180.078	361.247	546.732	410.525	

(*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante de R\$8.681 (R\$8.693 em 2013), registrado na rubrica "recursos vinculados" no ativo circulante e não circulante.

(1) Os contratos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 30)

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2014:

Operação	Vencimento	Características da Operação		Prazo Médio meses	Custo da Dívida		TIR (Taxa efetiva de juros)	Ref.
		Periodicidade Amortização	Garantias Reais		Indexador	Tx de Juros a.a		
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez/20	mensal, após dez.2017	Recebíveis	72	CDI +	0,70%	11,51%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	out/16	mensal	Recebíveis	22	RGR	5,0%	5,00%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	abr/18	mensal	Recebíveis	40	RGR	5,0%	5,00%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	out/19	mensal	Recebíveis	58	RGR	5,0%	5,00%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	jul/22	mensal	Recebíveis	91	RGR	5,0%	5,00%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	out/22	mensal	Recebíveis	94	RGR	5,0%	5,00%	
Eletrobrás - Subtransmissão	mar/16	mensal	Recebíveis	15	RGR	5,0%	5,00%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 6ª tranche	ago/26	mensal, após ago.2016	Aval Energisa S/A	140	Pré-fixado	6,0%	6,00%	
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun/17	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	30	pré-fixado	8,3%	8,30%	(2)
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT)	jun/17	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	30	TJLP +	4,00%	9,00%	
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2009-2010 (FNE)	ago/19	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	44	pré-fixado	8,4%	8,40%	(2)
Banco ABC - Repasse BNDES	mai - 2019	mensal	Aval Energisa S.A.	53	TJLP +	De 2,2% a 4,10%	7,17% a 9,09%	
Banco ABC - Repasse BNDES	fev/23	mensal	Aval Energisa S.A.	98	pré-fixado	De 8,10% a 9,10%	8,10% a 9,10%	
Banco Itaú BBA - FINAME	Ate fev-2024	mensal	Aval Energisa S/A	110	pré-fixado	De 2,5% a 8,7%	2,5% a 8,7%	
Banco BNB - repasse BNDES Finem	mar - 2020	mensal	Aval Energisa S/A	63	TJLP +	De 2,90% a 3,90%	7,88% a 8,89%	
Nota Promissória Itaú	dez - 2015	final	Aval Energisa S/A	12	CDI +	2,00%	12,81%	
Bank of America Merrill Lynch	set/15	final	Aval Energisa S/A	9	Libor +	2,45%	2,68%	(1)
Banco Itaú BBA	abr/18	Anual, após abr-2018	Aval Energisa S/A	40	Dólar +	3,4892	16,88%	(1)
Citibank	abr/18	final	Aval Energisa S/A	40	Libor +	1,91%	2,14%	(1)

1 - Possui Swap.

2 - Considera Bônus de adimplemento 25% e 15% sobre juros, para investimentos no semiárido e fora do semiárido, respectivamente.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no período/exercício:

Moeda/indicadores	2014	2013
US\$ x R\$	13,39%	14,64%
TJLP	5,00%	5,00%
SELIC	10,90%	8,22%
CDI	10,81%	8,06%
IPCA	6,41%	5,91%
IGP-M	3,67%	5,53%
LIBOR	0,23%	0,27%

Em 31 de dezembro de 2014, os vencimentos dos financiamentos de longo prazo são os seguintes:

	2014
2016	20.907
2017	85.606
2018	221.162
2019	16.646
Após 2019	16.926
Total	361.247

Seguem as movimentações ocorridas no período/exercício:

Descrição	2014	2013
Saldos em 2013 e 2012	410.525	424.505
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	113.975	241.480
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	61.780	101.244
Pagamento de principal	(21.176)	(315.538)
Pagamento de juros	(18.372)	(41.166)
Saldos em 2014 e 2013	546.732	410.525
Circulante	185.485	22.667
Não circulante	361.247	387.858

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos períodos subsequentes é como segue:

Contratos	2015	2016	2017 em diante	Total
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	25	-	123	148
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	30	30	15	75
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	25	25	12	62
Banco ABC - repasse BNDES	18	18	44	80
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE)	56	56	149	261
Total	154	129	343	626

19. Debêntures (não conversíveis em ações)

Principais características das debêntures:

	2ª Emissão (1)	3ª Emissão	Total
Tipo de emissão	Pública	Pública	
Data de emissão	15/12/2009	30/10/2013	
Data de vencimento	15/12/2014	30/10/2019	
Garantia	Quirografia	Quirografia	
Rendimentos	CDI + 1,0% a.a	115% do CDI	
TIR (taxa efetiva de juros)	10,78% a.a.	11,02%	
Quantidade de títulos	60.000	60	
Valor na data de emissão	60.000	60.000	
Títulos em circulação	60.000	60	
Carência de Juros	6 meses	24 meses	
Data de repactuação	15/12/2012	-	
Amortizações/parcelas	Final	5 anuais	
Saldos em 2014 (1)	-	68.746	68.746
Circulante	-	8.746	8.746
Não circulante		60.000	60.000
Saldos em 2013 (1)	60.051	61.062	121.113
Circulante	60.051	1.062	61.113
Não circulante	-	60.000	60.000

(1) Deduzido de R\$195 em 2013 referente a custos de captação incorridos na contratação.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 10 de abril de 2014, foi suspensa a aplicação dos indicadores financeiros durante o ano de 2014, seguindo o procedimento adotado pelos demais credores da Energisa.

Em 31 de dezembro de 2014 as debêntures têm seus vencimentos assim programados:

	2014
2016	15.000
2017	15.000
2018	15.000
2019	15.000
Total	60.000

Seguem as movimentações ocorridas no período/exercício:

Descrição	2014	2013
Saldos em 2013 e 2012	121.113	132.309
Novas emissões de debêntures-3º emissão	-	74.273
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	14.513	23.451
Recompra de debêntures 1ª e 2ª emissão	-	(96.084)
Pagamento de Principal	(60.000)	-
Pagamento de juros	(6.880)	(12.836)
Saldos em 2014 e 2013	68.746	121.113
Circulante	8.746	61.113
Não circulante	60.000	60.000

20. Tributos e contribuições sociais

	2014	2013
ICMS	15.793	14.359
Encargos Sociais	1.282	1.304
IRPJ	12.820	8.907
CSSL	6.578	4.260
PIS/COFINS	18.290	8.151
Outros	1.750	1.012
Total	56.513	37.993
Circulante	40.650	26.539
Não circulante	15.863	11.454

21. Parcelamento de impostos

Descrição	2014	2013
Benefício da Lei 11.941/2009 - Refis IV	4.532	6.093
Número de parcelas	28	39

A Companhia aderiu ao programa do Novo REFIS instituído pela Lei 11.941/2009, o qual está sendo liquidado pela prestação mínima até a consolidação dos débitos.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo desse parcelamento é no montante de R\$4.532 (R\$6.093 em 2013).

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo dos impostos parcelados está assim programado:

	2014	2013
2014	-	1.875
2015	2.014	1.875
2016	2.014	1.875
Após 2016	504	468
Total	4.532	6.093
Circulante	2.014	1.875
Não circulante	2.518	4.218

22. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para riscos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais, como segue:

	2013	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	2014
Trabalhistas	14.099	6.606	(5.685)	827	15.847
Cíveis	4.747	1.218	(662)	312	5.615
Total	18.846	7.824	(6.347)	1.139	21.462
Depósitos e cauções vinculados (*)	(19.118)				(17.852)

(*) A Companhia possui depósitos e cauções vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$34.035 (R\$28.769 em 2013). Desse total, R\$9.753 (R\$9.651 em 2013) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de êxito ser possível ou remoto.

	2012	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	2013
Trabalhistas	15.948	2.655	(5.298)	794	14.099
Cíveis	4.599	687	(790)	251	4.747
Total	20.547	3.342	(6.088)	1.045	18.846
Depósitos e cauções vinculados (*)	(14.673)				(19.118)

(*) A Companhia possui depósitos e cauções vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$28.769 (R\$21.818 em 2012). Desse total, R\$16.183 (R\$7.145 em 2012) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de êxito ser possível ou provável.

No ano de 2014 foram pagos o montante de R\$5.424, sendo de indenizações trabalhistas R\$3.278 e de indenizações cíveis R\$2.146.

Perdas prováveis

Trabalhistas

Referem-se à reclamações trabalhistas de pedido de horas extras, equiparação salarial, incorporação da PL, indenizações decorrentes de acidente de trabalho e doença ocupacional, complementação de adicional de periculosidade, FGTS, outras verbas contratuais/legais e ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela companhia reivindicando responsabilidade subsidiária por acidente de trabalho e verbas rescisórias.

Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimado como provável

Perdas Possíveis

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, na condição de réu, em um montante total de R\$278.314 (R\$277.696 em 2013), cuja probabilidade de êxito foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue os comentários de nossos consultores jurídicos referente as ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhistas, na condição de réu, no montante de R\$20.484 (R\$13.972 em 2013), referem-se a discussões de ex-empregados que requerem recebimento de horas extras, complementação de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia reivindicando responsabilidade subsidiária por verbas rescisórias, bem como a cobrança de contribuição sindical.

Cíveis

As ações judiciais de natureza cível e juizado especial cível, na condição de réu, no montante de R\$35.616 (R\$26.584 em 2013), referem-se, em sua grande maioria, a discussões sobre o valor de contas de energia elétrica, em que o consumidor requer a revisão ou o cancelamento da fatura; cobrança de danos materiais e morais pelo consumidor, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição ou decorrentes de variações de tensão

elétrica ou de falta momentânea de energia; bem como a ações em que os consumidores pretendem a devolução de valores, em face dos reajustes tarifários determinados pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, durante o congelamento de preços no Plano Cruzado, além de multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa.

Fiscais

As ações de natureza fiscais, administrativas e tributárias, na condição de réu, no montante R\$222.214 (R\$237.140 em 2013), referem-se basicamente a discussões sobre: (i) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (ii) diferencial de alíquota; e (iii) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, entre outras.

23. Patrimônio líquido

23.1. Capital Social e reservas de capital

O capital social subscrito e integralizado no montante de R\$357.135 (R\$345.762 em 2013) está representado por 195.509 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de abril de 2014, foi aprovado o aumento de capital da Companhia em R\$11.373, sem emissão de novas ações, mediante capitalização do saldo da reserva de lucros - Incentivo Fiscal - Redução de Imposto de Renda, passando o capital social para R\$357.135.

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 450 mil ações, sendo até 150 mil ações ordinárias e até 300 mil ações preferenciais, cabendo ao Conselho de Administração a deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão.

23.2. Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social.

23.3. Reserva de lucros - redução de imposto de renda

A Companhia por atuar no setor de infraestrutura na região Nordeste, obteve a redução (75% do imposto calculado sobre o lucro da exploração) do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada para o período de 2012 a 2021, através do Ofício Sudene nº 2040/2012 - Laudo Constitutivo nº 205/2012, que impões algumas obrigações e restrições:

- (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de capital e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos; e
- (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a atividade de distribuição de energia elétrica na área de concessão da companhia.

A partir da edição da Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de redução de imposto de renda. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a Companhia apurou R\$25.763 (R\$11.373 em 2013) de redução de imposto de renda e adicionais.

23.4. Reserva de lucros - retenção de lucros

Do lucro líquido do exercício, R\$4.384 foram destinados para a reserva de retenção de lucros, com base em orçamento de capital aprovado pela Diretoria e a ser aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

23.5. Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, e permite a distribuição de dividendos apurado com base em resultados intermediários.

Os dividendos propostos no encerramento do exercício foram calculados como se segue:

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	102.178	45.561
Lucros acumulados	-	120
Reserva legal (5%)	(5.109)	(2.278)
Reserva de lucros -reserva de redução de imposto de renda	(25.763)	(11.373)
Lucro líquido ajustado	71.306	32.030
Dividendos obrigatórios (25%)	17.827	8.008
 Dividendos antecipados pagos (*):		
. Em agosto de 2013 - R\$66,3694 por ação	-	12.976
. Em dezembro de 2013 - R\$40,9188 por ação	-	8.000
. Em junho de 2014 - R\$84,1291 por ação	16.448	-
. Em setembro de 2014 - R\$54,5908 por ação	10.673	-
	27.121	20.976
 Dividendos adicionais propostos R\$199,7811 (R\$55,92 em 2013) por ação (**)	39.801	11.054
 Total dos dividendos	66.922	32.030
 % sobre o lucro líquido ajustado	94	100

(*) Os dividendos antecipados aprovados pelas RCAs de 06 de junho e 03 de setembro de 2014 (08 de agosto e 19 de dezembro de 2013) foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 06 de junho e 03 de setembro de 2014 (30 de junho e 30 de novembro de 2013).

(**) Os dividendos adicionais propostos foram registrados na rubrica específica de dividendos a pagar dentro do próprio Patrimônio Líquido, de acordo com as normas do CPC-08 e serão pagos em data a ser definida em RCA.

24. Receita operacional

	2014			2013		
	Não auditado pelos auditores independentes		R\$	Não auditado pelos auditores independentes		R\$
	Nº de consumidores	MWh		Nº de consumidores	MWh	
Residencial	637.707	965.336	437.131	610.965	918.201	383.334
Industrial	2.610	299.274	97.258	2.653	289.501	85.399
Comercial	41.898	522.889	239.221	40.702	497.687	212.999
Rural	18.741	103.849	30.305	18.390	106.906	29.251
Poder Público:						
Federal	113	32.871	11.395	113	32.448	10.517
Estadual	4.649	67.041	23.661	4.632	66.179	21.840
Municipal	774	31.543	11.133	771	31.137	10.275
Iluminação Pública	674	157.776	29.920	725	154.953	26.221
Serviço Público	1.204	215.156	46.092	1.196	212.370	42.816
Consumo Próprio	95	2.997	-	86	3.083	-
Subtotal	708.465	2.398.732	926.116	680.233	2.312.465	822.652
Receita de Remuneração dos Ativos de Concessão	-	-	13.074	-	-	9.967
Suprimento	2	277.278	32.982	2	225.372	35.926
Fornecimento não faturado (líquido)	-	2.198	3.429	-	14.754	1.276
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	17	-	40.996	17	-	41.256
Receita de Construção (1)	-	-	90.988	-	-	68.418
Ativos e passivos regulatórios (2)	-	-	96.171	-	-	-
Outras receitas operacionais	-	-	19.362	-	-	13.932
Total - receita operacional bruta	708.484	2.678.208	1.223.118	680.252	2.552.591	993.427
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	194.353	-	-	169.795
PIS	-	-	17.271	-	-	15.156
COFINS	-	-	86.564	-	-	69.814
ISS	-	-	252	-	-	197
Quota para RGR	-	-	-	-	-	-2.466
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	3.669	-	-	3.267
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	2.596	-	-	1.633
Conta de Desenvolvimento Energético - CCC	-	-	-	-	-	1.481
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	3.669	-	-	3.262
Receita de Ultrapassagem de Demanda de Energia Reativa Excedente	-	-	2.704	-	-	3.316
Total	-	-	311.078	-	-	265.455
Total - receita operacional líquida	708.484	2.678.208	912.040	680.252	2.552.591	727.972

(1) A receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo a receita de construção igual a custo de construção.

(2) Refere-se a montante de ativos e passivos regulatórios reconhecidos no resultado do exercício de 2014 de acordo com a Deliberação CVM nº 732/14 e Comunicado Técnico Ibracon nº 05/2014.

25. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

Natureza do Gasto	Custo do Serviço				Despesas Operacionais		
	Com Energia Elétrica	De Operação	Prestado a Terceiros	Com Vendas	Gerais e Administ.	Total	
						2014	2013
Energia elétrica comprada para revenda (*)	421.022	-	-	-	-	421.022	334.116
Encargo de uso-sistema de transmissão e distribuição (*)	28.261	-	-	-	-	28.261	17.843
Pessoal e administradores	-	26.101	62	4.330	41.418	71.911	66.674
Entidade de previdência privada	-	1.494	-	269	9.825	11.588	10.951
Material	-	3.648	2.089	1.682	1.586	9.005	9.133
Serviços de terceiros	-	6.965	3.934	10.073	32.038	53.010	47.491
Depreciação e amortização	-	25.532	-	65	22.438	48.035	45.277
Provisão p/créd. liquidação duvidosa e recuperação de incobráveis	-	-	-	(4.223)	-	(4.223)	3.430
Provisões para riscos trabalhistas, civis e fiscais	-	1.477	-	-	-	1.477	(2.746)
Custo de construção	-	-	90.988	-	-	90.988	68.418
Outras	-	2.355	-	1.917	6.185	10.457	10.519
	449.283	67.572	97.073	14.113	113.490	741.531	611.106

Energia Elétrica comprada para revenda

	MWH (**)		Energia elétrica comprada p/revenda	
	2014	2013	2014	2013
Energia de leilão	1.595.679	1.472.679	349.097	264.953
Energia bilateral	128.860	128.860	28.422	30.793
Cotas de Angra REN 530/12	112.532	113.142	16.930	15.350
Energia de curto prazo - CCEE	107.093	94.925	126.929	38.181
Cotas Garantia Física-Res. Homol. ANEEL 1410 - Anexo I	1.077.948	1.074.955	32.987	33.050
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	67.112	66.598	15.161	14.457
Ressarcimento pela exposição térmica (*)	-	-	(110.622)	(31.041)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(37.882)	(31.627)
Total	3.089.224	2.951.159	421.022	334.116

(*) Através do Decreto presidencial n.º 8.221, foi criada a Conta no Ambiente de Contratação Regulada (CONTA-ACR), destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo; e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica.

Para os meses de janeiro a outubro a Aneel já homologou os valores conforme abaixo:

Meses	Despacho	Valor
Janeiro	Despacho nº 515 de 07 de março de 2014	4.107
Fevereiro	Despacho nº 1.256 de 22 de abril de 2014	22.265
Março	Despacho nº 1.443 de 09 de maio de 2014	25.934
Abril	Despacho nº 1.696 de 02 de junho de 2014	16.387
Maio	Ofício 90/2014 de 08 de julho de 2014	14.265
Junho	Despacho nº 3.017 de 05 de agosto de 2014	-
Julho	Despacho nº 3.588 de 02 de setembro de 2014	620
Agosto	Despacho nº 3.968 de 30 de setembro de 2014	7.930
Setembro	Despacho nº 4288 de 30 de outubro de 2014	12.382
Outubro	Despacho nº 4.657 de 02 de dezembro de 2014	6.732

Os valores referentes aos Despachos de janeiro a outubro já foram repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE nas contas correntes vinculadas ao aporte de garantias financeiras do mercado de curto prazo das concessionárias.

Os montantes foram registrados no resultado como redução de custo de energia comprada e sobre eles foram registrados de encargos de PIS e COFINS.

(**) Não examinado pelos auditores independentes.

26. Outros resultados

	2014	2013
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos	2.254	7.095
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	(10.475)	(5.086)
Outras receitas	230	34
Total	(7.991)	2.043

27. Receitas e despesas financeiras

	2014	2013
Receita de aplicações financeiras	5.072	11.395
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	13.349	12.712
Atualização do contas a receber concessão - VNR	5.428	8.609
Outras receitas financeiras	3.624	8.907
Total receita financeira	27.473	41.623
Encargos de dívidas - juros	(33.591)	(48.960)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	(42.703)	(75.735)
(-) Transferência para ordens em curso	3.269	2.117
Ajuste valor presente ativo	(2.061)	34
Marcação a mercado dos derivativos	(4.316)	(34.749)
Instrumentos financeiros dos derivativos	22.693	62.731
Comissão aval	(7.443)	(7.246)
Atualização passivo regulatório	(3.244)	-
Despesa bancária	(1.364)	(1.158)
Outras despesas financeiras	(7.246)	(7.068)
Total despesa financeira	(76.006)	(110.034)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	48.533	(68.411)

28. Lucro por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível e a respectiva quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação.

	2014	2013
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores:	102.178	45.561
Média ponderada das ações	195,51	195,51
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$	522,62	233,04

29. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de exame das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Grupo Energisa, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Premio anual	Prêmio anual
			2014	2014 e 2013
Riscos Operacionais	23/10/2015	35.606	219	208
Responsabilidade Civil Geral	23/10/2015	50.600	212	186
Frota - Danos Materiais e Corporais a Terceiros.	23/10/2015	Até R\$360 mil/veículo	122	120
Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais	31/12/2015	54.629	242	237
			795	751

Riscos Nomeados

Na apólice contratada foram destacadas as subestações, prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, equipamentos móveis, alagamento/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de Bens e locais, erros e omissões.

Responsabilidade Civil Geral

Apólice contratada na modalidade GERIP, possui cobertura securitária para Danos Morais, Materiais e Corporais causados a terceiros em decorrência das operações da Companhia.

Frota

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

30. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Ativo	2014		2013	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	45.254	45.254	30.452	30.452
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	10.881	10.881	39.575	39.575
Consumidores e concessionárias	116.535	116.535	98.810	98.810
Títulos de créditos a receber e outros	11.781	11.781	10.207	10.207
Conta a receber da concessão	228.574	228.574	182.867	182.867
Ativos regulatórios líquidos	92.927	92.927	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	53.687	53.687	17.791	17.791
PASSIVO				
Fornecedores	80.621	80.621	56.915	56.915
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	615.478	615.478	531.638	532.983

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e 2013 estão identificadas a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis

Incluem clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos, ativos regulatórios e contas a receber da concessão. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia manifestar intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNB, BNDES e empréstimos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP), sendo esse a 2ª emissão de debêntures. Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, sendo esses o FIDC e a 3ª emissão de debêntures (ESE), a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento.

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

- **Incertezas**

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação com montantes e indicadores preestabelecidos na "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" (revista anualmente e disponível na web site da Companhia, tendo sido a última revisão em 23/12/2014) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvam a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado

financeiro.

- **Gestão de risco de capital**

O índice de endividamento no final do período é o seguinte:

	2014	2013
Dívida (a)	615.478	531.638
Caixa e equivalentes de caixa	(45.254)	(30.452)
Dívida líquida	570.224	501.186
Patrimônio líquido (b)	385.873	347.533
Índice de endividamento líquido	1,48	1,44

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 18 e nº 19.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significantes nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		76.216				2.377	78.593
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	11,72%	22.528	213.325	183.379	300.877	19.346	739.455
Total		98.744	213.325	183.379	300.877	21.723	818.048

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro". Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é como segue:

	2014	2013
Caixa e equivalente de caixa	45.254	30.452
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	10.881	39.575
Consumidores e concessionárias	116.535	98.810
Títulos de créditos a receber e outros	11.781	10.207
Ativos regulatórios líquidos	92.927	-
Conta a receber da concessão	228.574	182.867
Instrumentos financeiros derivativos	53.687	17.791

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nº 5, 6, 7, 11, 15 e 30.

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 18, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, Banco do Nordeste e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 31 de dezembro de 2014, com alta de 4,63% sobre 31 de dezembro de 2013, cotado a R\$2,4510/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2014 era de 19,45%, enquanto em 31 de dezembro de 2013 era de 11,5%.

Do montante das dívidas bancárias de emissões da Companhia em 31 de dezembro de 2014 de R\$616.104 (R\$532.610 em 2013), R\$347.690 (R\$306.825 em 2013) estão representados em dólares (i) US\$30,0 milhões (US\$ 30 milhões de principal) de empréstimo captado junto ao Bank of America Merrill Lynch (ii) US\$51,0 milhões (US\$ 50,2 milhões de principal) de empréstimo captado junto ao Banco Itaú BBA e (iii) US\$50,2 milhões (US\$ 50,0 milhões de principal) empréstimo captado junto ao Banco Citibank.

Os empréstimos têm vencimento de longo prazo, até 19 de abril de 2018, e custos de até US\$ mais 4,105% ao ano.

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 apresenta R\$17.075 no ativo circulante e R\$36.612 no ativo não circulante (R\$17.791 em 2013) a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se tratam de valores materializados, pois reflete os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge e não reflete a expectativa da Administração. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão do lançamento de marcação a mercado ora refletido nas demonstrações financeiras. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade do cupom cambial e da cotação do dólar poderá implicar no aumento do valor ora contabilizado.

A Administração da Companhia está atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada e mesmo seus prazos alongados, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização. A Administração da Companhia procedeu a substituição dos derivativos mais complexos por estruturas mais simples e de maior

liquidez, buscando menor exposição ao risco. Neste sentido, em 27 de janeiro de 2015, a Administração da Energisa excluiu os limitadores com vencimento no ano de 2015 dos swaps associados aos empréstimos 4131, de forma a eliminar o risco de perdas por alta do US\$ nos swaps cambiais de vencimento em 2015. Os limitadores dos swaps que forem eliminados podem ser vistos no quadro abaixo:

Dívida	Notional (USD)	Custo Financeiro	Vencimento	Strike anteriore
Loan 4131 BAML	30.000		21/09/2015	2,90(Set-15)
P. Ativa		Libor + 2,45%		
P. Passiva		100,0% CDI		

Em consonância com a Deliberação CVM nº CVM 603/09, apresentam-se resumidamente abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e que podem ser assim resumidos:

Instrumentos financeiros derivativos					
	Valor de Referência		Descrição	Valor Justo	
	2014	2013		2014	2013
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira- USD	356.631	318.747
			Posição Passiva		
Swap com Opções Merrill Lynch/Itau BBA/Citibank	260.770	260.770	Taxa de Juros CDI	(269.368)	(269.483)
			Opções de Moeda Estrangeira (US\$)	(33.576)	(31.473)
				<u>53.687</u>	<u>17.791</u>

O Valor Justo dos derivativos registrados em 31 de dezembro de 2014 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 18 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possui expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Análise de Sensibilidade

De acordo com a Instrução CVM 475/08 e a Deliberação nº 604/2009, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2014 e 2013 com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros - Empréstimos					
Swap com Opções	-		50.370	(26.195)	(102.760)
Posição Ativa					
Moeda Estrangeira - USD	356.631		306.261	382.827	459.392
Posição Passiva					
Taxa de Juros CDI	(269.368)	Alta USD	(269.368)	(269.368)	(269.368)
Opções de Moeda Estrangeira - USD	(33.576)		-	(36.329)	(104.987)
Subtotal	53.417		36.893	77.130	85.037
Total	53.417		87.263	50.935	(17.723)

(*) Considera o cenário macroeconômico da Pesquisa Focus vigente em 31 de dezembro de 2014, para as datas futuras até a liquidação final das operações.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2014, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente positivo de R\$87.263, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), e desde que os limitadores dos instrumentos financeiros derivativos não sejam ultrapassados, o que faria com que a Companhia ficasse sem proteção, maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, em determinados cenários de deterioração do real frente ao dólar, com 25% e 50% de desvalorização do real, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valores presentes positivo de R\$50.934 e negativo de R\$17.724 respectivamente.

b) Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2014 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 11%, TJLP = 5% ao ano e FNE = 8% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	41.411	Alta do CDI	5.176	6.470	7.764
Instrumentos financeiros passivos:					
Empréstimos, financiamentos e debêntures.	(164.421)	Alta do CDI	(20.552)	(25.690)	(30.828)
	(46.822)	Alta da TJLP	(575)	(715)	(854)
	(22.541)	Alta do FNE	(438)	(544)	(648)
Subtotal (**)	(233.784)		(21.565)	(26.949)	(32.330)
Total (Perdas)	(192.373)		(16.389)	(20.479)	(24.566)

(*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2015 (12,5% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2014, TJLP 5% ao ano e recursos do FNE de 8% ao ano (operações contratadas junto ao Banco do Nordeste já refletindo o bônus de adimplimento).

(**) Não inclui operações em dólar com swap para CDI, cujo notional em reais equivale a R\$ 260.770. Caso essas operações fossem incluídas, o resultado seria alterado em R\$ (28.685) no Cenário provável, R\$ (35.856) no Cenário II e R\$ (43.027) no Cenário III."

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros	Nível	2014	2013
Ativos			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	10.881	39.575
Instrumentos financeiros derivativos	2	53.687	17.791
Contas a receber da concessão	3	228.574	182.867
Ativos regulatórios líquidos	3	92.927	-

31. Benefícios a empregados

a) Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

Plano de benefício definido

O plano de benefício previdenciário mantidos pela Energisa SE (Inergus) na modalidade de benefício definido, regularmente apresentava déficit atuarial.

Durante o exercício de 2009, na busca do equacionamento desses planos a Administração apresentou e conseguiu aprovação junto a Secretaria de Previdência Privada das seguintes alterações dos referidos planos:

1. Fechamento dos Planos de Benefícios Definido (BD) para novos participantes.
2. Criação dos Planos Saldados (PS) para o qual poderão migrar os atuais participantes ativos; e
3. Criação dos Planos de Contribuição Definida (CD) para o qual poderão migrar todos os atuais participantes ativos que tenham migrado concomitantemente para os planos (PS).

Os participantes que optaram pela migração para os planos (PS) fazem jus, quando de sua aposentadoria, de um benefício proporcional que foi calculado com base nas reservas matemáticas apuradas na data de migração e serão reajustadas até a data da concessão dos benefícios. O total dos benefícios proporcionais apurados no momento da implantação dos planos foi objeto de contrato de assunção de dívida pela patrocinadora Energisa Sergipe com o respectivo fundo patrocinado - Inergus. Em função de suas características, o plano (PS) não será objeto de contribuições mensais dos participantes ou patrocinadora, sendo que qualquer eventual desequilíbrio atuarial deverá ser suportado pela patrocinadora.

Plano de contribuição definida

O plano (CD) se caracteriza por ser conhecido o valor das contribuições, sendo que o valor dos benefícios dependerá do acúmulo da poupança realizada pelos participantes e pela patrocinadora e dos resultados financeiros obtidos do investimento realizado pelos administradores do plano. Dessa forma, o plano nessa modalidade não gera para a patrocinadora passivo em razão de desequilíbrio atuarial.

Abaixo demonstrativo dos planos de pensões e aposentadoria:

Empresa	Plano Beneficiário	Contribuição anual		% s/ folha de pagamento	Déficit atuarial	
		2014	2013		2014	2013
Energisa SE	BD	1.034	1.125	2,13	95.883	66.557
Energisa SE	CD	988	962	2,5	-	-
Energisa SE	PS	534	476	0,9	18.374	-
					114.257	66.557
				Circulante	13.616	8.485
				Não circulante	100.641	58.072

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela SPC - Secretaria de Previdência Complementar, são determinadas por atuário externo, contratado pelo INERGUS, o qual emitiu parecer, sem apresentar comentário que representem qualquer risco adicional ou ressalva aos procedimentos adotados pela administração dos planos.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria de benefício definido, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, de acordo com as regras estabelecidas pela Deliberação 695 da CVM. O Método da Unidade de Crédito Projetada foi utilizado para apuração da obrigação atuarial:

	2014		2013	
	PS	BD	PS	BD
Valor presente das obrigações atuariais	(60.767)	(122.485)	(36.493)	(103.847)
Valor justo dos ativos do plano	42.393	26.602	40.605	37.290
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(18.374)	(95.883)	4.112	(66.557)
Redução dos ativos do plano	-	-	(4.112)	-
Passivo líquido	(18.374)	(95.883)	-	(66.557)

Demonstração das despesas do Plano de benefício Inergus, para o exercício de 2015, segundo critérios da Deliberação 695 da CVM:

	PS	BD
Custo do serviço corrente	-	157
Custo dos juros	7.156	13.954
Rendimento esperado do ativo do plano	(4.973)	(2.678)
Despesas previstas para 2015	2.183	11.433

Demonstração da movimentação do passivo atuarial da patrocinadora líquido do exercício:

	2014		2013	
	PS	BD	PS	BD
Passivo atuarial líquido no início do exercício	-	66.557	37.855	55.455
Despesas correntes	680	8.137	5.076	4.977
Contribuições da Companhia	-	-	-	(955)
Outros resultados abrangentes	17.694	21.189	(12.762)	33.889
Liquidação de dívida da patrocinadora	-	-	(30.169)	(26.809)
(Ativo) Passivo atuarial líquido do final do exercício	18.374	95.883	-	66.557

Os ativos dos planos são:

	PS		BD	
	2014	2013	2014	2013
Títulos públicos	32.897	19.776	27.343	11.653
Cotas de fundos de renda fixa	9.881	19.283	2.087	26.677
Cotas de fundo de renda variável	466	803	550	2.530
Investimentos imobiliários	-	-	2.141	2.143
Ações	-	-	429	494
Outros	626	726	306	345
	43.870	40.588	32.856	43.842

Em 31 de dezembro de 2014 a demonstração do valor justo dos ativos é apresentada como segue:

	2014		2013	
	PS	BD	PS	BD
Valor justo dos ativos no início do exercício	40.605	37.290	12.904	51.786
Benefícios pagos	(956)	(10.597)	(850)	(10.035)
Contribuições de participantes vertidas no ano	-	835	-	990
Contribuições da patrocinadora vertidas no ano	-	835	-	955
Rendimento efetivo dos ativos	4.502	3.947	1.057	3.949
Ganhos(perdas) atuariais dos ativos	(1.758)	(5.708)	27.494	(10.355)
Valor justo dos ativos no final do exercício	42.393	26.602	40.605	37.290

Em 31 de dezembro de 2014 a demonstração do valor presente das obrigações é apresentada como segue:

	2014		2013	
	PS	BD	PS	BD
Saldo no início do exercício	36.493	103.847	50.759	107.241
Benefícios pagos no caixa	(956)	(10.597)	(850)	(10.035)
Juros sobre obrigação atuarial	4.041	11.047	4.244	8.511
Custo do serviço corrente (com juros)	1.140	1.041	1.890	1.207
Contribuições de participantes vertidas no ano	-	835	-	-
Contribuições da patrocinadora vertidas no ano	-	835	-	-
Perdas (Ganhos) nas obrigações atuariais	20.049	15.477	(19.550)	(3.077)
Saldo no final do exercício	60.767	122.485	36.493	103.847

A seguir descrevemos as premissas utilizadas na avaliação atuarial, em 31 de dezembro de 2014:

Hipóteses Econômicas

	PS e BD
Taxa de desconto atuarial	6,05% a.a. PS e BD
Taxa de rendimento esperado dos ativos	5,50% a.a. (com efeito da inflação)
Reajuste do benefício	0,99% variação acumulada do IPC/FIPE
Crescimento salarial	0% PS e 2% a.a. acima da inflação
Inflação projetada	5,50% a.a.

Hipóteses Demográficas

	PS e BD
Tábua de mortalidade	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	MI-85 por sexo
Tábua de entrada em invalidez	LIGHT (Média)

A seguir apresentamos um resumo dos dados que foram utilizados para a avaliação atuarial dos planos de benefícios oferecidos pela Energisa SE aos seus empregados:

	PS	BD
Participantes Ativos		
Número	494	49
Idade Média	42	42
Tempo de participação (anos)	16	18
Salário de Participação Médio	R\$0,777	R\$2,654
Participantes Assistidos		
Número	43	364
Idade Média	55	65
Benefício Médio Mensal	R\$2,256	R\$1,951
Pensionistas		
Número de Pensionistas	6	112
Benefício Médio por Grupo Familiar	R\$0,766	R\$1,028

b) Plano de saúde

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadora regulada pela ANS. No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo a Companhia, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego com esses empregados. No período findo em 31 de dezembro de 2014 as despesas com esse benefício foram de R\$4.446 (R\$3.875 em 2013)

32. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contratos de compra de energia:

Contrato de compra de energia - reais mil						
Vigência	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019
2015 a 2046	436.295	444.588	411.566	413.826	429.400	5.983.551

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço corrente no final de setembro de 2014 e foram homologados pela ANEEL.

- Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e de Itaipu.

33. Concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica

A Energisa SE assinou em 23 de dezembro de 1997, com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica, com o prazo de concessão até 23 de dezembro de 2027.

34. Meio ambiente

Como iniciativa e compromisso com o desenvolvimento sustentável, a Energisa mitiga os impactos sociais e ambientais de seus serviços e instalações, através de programas e práticas que compõem o Sistema de Gestão de Meio Ambiente, Aspectos Sociais, Saúde e Segurança - SGMASS, dentre as quais merecem destaque:

1. Implantação de redes isoladas e protegidas: são usados cabos isolados nas redes de baixa tensão e protegidos na rede de média tensão, reduzindo significativamente a necessidade de poda. Além disso, os vãos são dimensionados dentro do possível para preservar o equilíbrio ecológico, reduzindo a necessidade de supressão vegetal e a poluição visual com a instalação de aproximadamente 93,2 Km de rede de baixa e média tensão;
2. Implantação do Comitê de Gestão Socioambiental - COGESA que operacionaliza o Sistema de Gestão Socioambiental - SGSA desdobrado a partir do SGMASS, do Comitê de Sustentabilidade - CS e do PEE para melhor atender as especificidades da Energisa SE. Esse sistema possibilita que a Energisa SE gerencie seus aspectos socioambientais e mitigue as condições de risco em suas atividades diárias de forma a prevenir impactos socioambientais;
3. A continuidade da Gestão de Resíduos Sólidos, com foco, principalmente, nos resíduos perigosos e adequação a nova Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelecida em 2010. Com relação à disposição e tratamento de resíduos, além de ter conhecimento da natureza e das quantidades de

resíduos gerados durante seu processo desenvolvimento de suas atividades, a empresa possui procedimentos para manuseio, transporte, tratamento e destinação final destes resíduos. A companhia tem consciência de sua responsabilidade ambiental, procedendo desta forma a regeneração de óleos minerais isolantes (OMI) e dos resíduos oriundos da própria regeneração desses óleos utilizados em seus equipamentos, assim como, faz uso do sistema, desenvolvido a partir de um projeto de P&D, que realiza, em um único processo, a regeneração do OMI e a recuperação do agente adsorvente utilizado, que, no nosso caso, é a bauxita, garantindo a reutilização deste material, reduzindo a geração de resíduos perigosos impregnados com óleo e evitando a poluição do meio ambiente, sem perder a qualidade do OMI regenerado;

4. A realização sistemática de procedimentos referentes à obtenção dos novos licenciamentos ambientais, assim como, monitoramento e controle das renovações das licenças de operação - LOs - das instalações em operação;
5. Tratamento de lâmpadas inservíveis: a Energisa Sergipe possui procedimento para o correto tratamento de lâmpadas de vapor de sódio, vapor de mercúrio e fluorescente descartada das suas instalações próprias e da infraestrutura de iluminação pública por meio da descontaminação ambientalmente adequada dessas lâmpadas inutilizadas, que contém na sua composição o "mercúrio";
6. Desenvolvimento de campanhas interna e externa de redução de consumo de água e energia (com distribuição de cartilhas compostas por dicas de conservação de energia e água), educação com base nos 3Rs (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) e educação para o consumo consciente, através da Semana Socioambiental e da divulgação interna, por exemplo, intranet, adesivos e banners dispostos pela empresa, e externa, por exemplo, Programa Energia Total, campanhas na mídia e Programa Zé da Luz na Escola;
7. No tocante à conscientização ambiental, a Energisa Sergipe promove palestras sobre uso racional de energia elétrica e uso racional da água, utilizando-se dos Programas Zé da Luz na Escola e Energia Total, além de disponibilizar oficina de reciclagem durante a realização do Programa Energia Total, fomentando, além da redução de resíduos no meio ambiente, a geração de renda para as pessoas das comunidades assistidas com a venda dos produtos que aprendem a fazer nas oficinas. A Energisa Sergipe promove, ainda, palestra de conscientização sobre uso racional de energia elétrica quando recebe visitas de estudantes às instalações da empresa;
8. Realização periódica de inspeção de desempenho ambiental em suas instalações, assim como elaboração de plano de melhorias ambientais e acompanhamento do seu Índice de Desempenho Ambiental (IDA). Além de capacitação de funcionários através de cursos ambientais específicos, participação em comitês de meio ambiente no estado e em eventos diversos sobre questões socioambientais;
9. Contratação de fornecedores que, comprovadamente, tenham boa conduta ambiental, como exemplo, no caso de destinação final ou tratamento de resíduos perigosos, são exigidos licença de operação e certificado de destinação ou tratamento desses resíduos e, para aqueles que são transportados é exigida a licença de operação da empresa para o transporte desses resíduos;
10. Eficiência Energética, que contribuiu para a educação da população quanto ao uso racional e eficiente da energia elétrica, a redução do desperdício de energia elétrica, com a substituição de lâmpadas eficientes, doação de equipamentos eficientes e adequação das instalações elétricas internas, e, em casos específicos, implantação do padrão de entrada em comunidades de baixo poder aquisitivo. É utilizada a Unidade Móvel da Energisa, veículo altamente preparado com equipamentos que proporcionam à empresa promover palestras sobre uso adequado de equipamentos, uso racional de energia elétrica e experiências elétricas, as quais servem para que crianças e jovens sejam conscientizados acerca dos riscos de manuseio da energia;
11. Conta Cidadã: consiste na troca de lixo reciclável (agora denominados de resíduos: metal, plástico, papel e vidro) por créditos financeiros na conta de energia elétrica dos consumidores, com destinação organizada do material coletado no processo à indústria de reciclagem;

12. Projeto Bem da Gente: cria ambiente favorável aos membros das comunidades de baixa renda, estimulando o empreendedorismo, através da oferta de capacitações as pessoas que pretendem abrir o seu próprio negócio e aos micros empreendedores informais estabelecidos nas comunidades. Os participantes do projeto são contemplados com as Oficinas do SEBRAE Microempreendedor individual, nas áreas de planejamento, compras, controle financeiro, vendas e associativismo, além da elaboração e acompanhamento de um plano de negócios;
13. A continuidade da coleta seletiva dos resíduos gerados na empresa como uma das fases da Gestão dos Resíduos Sólidos da Energisa Sergipe. Os resíduos recicláveis segregados e recolhidos na empresa são doados para uma Cooperativa de Catadores do Estado - CARE- que faz a devida reciclagem, o que promove também a geração de renda, além de reduzir a inserção de resíduos no meio ambiente.
14. Aquisição de caminhão equipado com triturador e caçamba adaptada para armazenar grandes volumes de resíduos de poda, como exemplo, os galhos triturados. Os resíduos são armazenados prontos para serem usados no processo de compostagem, por meio de parceria com o poder público municipal que vem recebendo esses resíduos e fazendo uso adequado;
15. Participação no Comitê de Arborização, órgão da administração pública municipal que trata das questões referentes ao convívio harmonioso da arborização com a infraestrutura existente na área urbana do município, dentre os quais, a rede elétrica.

Ainda em relação à Gestão do Meio Ambiente, a Energisa Sergipe, em 2014, deu continuidade a sua atuação em prol da sustentabilidade na parceria com o Parque dos Falcões, "santuário" das aves de rapina, a quem a empresa "não deu o peixe, deu o anzol para a pesca", ou seja, desenvolveu um projeto funcional que se encaixasse perfeitamente dentro do contexto do Parque e que servisse como fonte de receita para a instituição, promovendo a autossustentação. Além disso, manteve e implementou diversos programas e práticas, que totalizaram, entre despesas operacionais e investimentos, o valor de aproximadamente R\$11.377 (R\$16.878 em 2013), sendo R\$174 (R\$97 em 2013) relativo às despesas operacionais e R\$11.203 (R\$16.780 em 2013) relativos a investimentos que evidenciam o compromisso da empresa com a responsabilidade sócio ambiental e com o desenvolvimento sustentável.

As informações não financeiras não foram examinadas pelos auditores independentes.

35. Informações adicionais ao fluxo de caixa

No período findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	2014	2013
Atividades operacionais		
Contas a receber da concessão	40.279	44.575
Atualização contas a receber da concessão - VNR	5.428	8.609
Fornecedores	3.914	7.106
Atividades de investimentos		
Imobilizado e intangível	10.073	7.106
Atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos	6.159	5.853
Capitalização de reservas	11.373	10.131

36. Eventos subsequentes

a. Bandeiras tarifárias

A partir de 2015, as contas de energia terão a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as

informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

As bandeiras verde, amarela e vermelha indicarão se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade.

Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;

Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$0,025 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos;

Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$0,055 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos.

A distribuidora de energia divulgará, na conta de energia, a aplicação das bandeiras para que o consumidor possa compreender então, qual bandeira estaria valendo no mês atual.

O período de aplicação da bandeira tarifária será o primeiro dia do mês posterior à data de divulgação.

b. Revisão tarifária extraordinária

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), em reunião realizada em 27/02/2015, deliberou por conceder, a partir de 02/03/2015, revisão tarifária extraordinária (RTE) diferenciada para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país. O efeito médio para a Companhia foi de 8,0%.

A revisão tarifária extraordinária (RTE) aplicada tem por objetivo adequar a cobertura tarifária dos custos atuais com Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e compra de energia.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.
Aracaju - SE

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Ênfase

Repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Conforme mencionado na nota explicativa nº 25 às demonstrações financeiras, a Companhia contabilizou, como redução do custo com energia elétrica, repasses de recursos diretos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE referentes aos meses de janeiro a outubro de 2014. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2015.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4

**Declaração dos Diretores da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia")
sobre o Parecer dos Auditores Independentes**

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, V, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Aracaju, 19 de março de 2015.

Jaconias de Aguiar
Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Danilo de Souza Dias
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcelo Gonçalves Reis
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretor de Gestão de Pessoas

Amaury Antônio Damiance
Diretor Técnico e Comercial

**Declaração dos Diretores da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia")
sobre as Demonstrações Financeiras do exercício de 2014**

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, VI, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Aracaju, 19 de março de 2015.

Jaconias de Aguiar
Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Danilo de Souza Dias
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcelo Gonçalves Reis
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretor de Gestão de Pessoas

Amaury Antônio Damiance
Diretor Técnico e Comercial